

Nº 564 • ANO LI
JULHO 2021 • MENSAL • € 1,50

Revista da ARMADA



ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS
E GEOESTRATÉGICAS

HORIZONTE
2035

EXERCÍCIO CONTEX-PHIBEX
2021



ANTIGOS DIRETORES



CALM Malheiro do Vale

ABR 71 a JAN 83 - RA nºs 1 a 136



CALM Rocha Calhorda

JAN 83 a MAR 89 - RA nºs 137 a 211



CALM EMQ Carvalho Afonso

MAR 89 a OUT 91 - RA nºs 212 a 236



CALM MN Félix António

OUT 91 a MAI 94 - RA nºs 237 a 264



CALM Pereira Germano

MAI 94 a OUT 97 - RA nºs 265 a 303



CALM Nobre de Carvalho

OUT 97 a OUT 98 - RA nºs 304 a 313



CALM EMQ Roque Martins

OUT 98 a NOV 13 - RA nºs 314 a 480



CALM Mina Henriques

NOV 13 a DEZ 16 - RA nºs 481 a 513



CALM EMQ Valente dos Santos

DEZ 16 a DEZ 18 - RA nºs 514 a 535

SUMÁRIO

- 02** Antigos Diretores

- 13** NRP *Setúbal*. Iniciativa Mar Aberto 21.1. Conclusão

- 16** Operação Corymbe – Golfo da Guiné

- 18** Revista da Armada. 50 anos ao serviço da Marinha

- 20** A Escola da Autoridade Marítima

- 22** O Atlas feito para tentar contrariar a viagem de Fernão de Magalhães. Conclusão

- 26** Guerra no Pacífico. Midway – A decisão para defender

- 27** Academia de Marinha

- 30** Estórias (71)

- 32** Saúde Para Todos (88)

- 33** Quarto de Folga

- 34** Revista da Armada. Entrega de Prémios 2019 / Notícias Pessoais

- 35** Equipa Atual da Revista da Armada

- CC** Ilustração alusiva ao 50º Aniversário da RA

50 ANOS DE HISTÓRIA: ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS **04**



07 HORIZONTE 2035: UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO – E UMA ÉPOCA TURBULENATA?



EXERCÍCIO CONTEX-PHIBEX 2021 **10**



Capa

Edição comemorativa de 50 anos de publicação contínua da Revista da Armada.
Reverso de moeda alusiva.



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 564 / Ano LI
Julho 2021

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM Aníbal José Ramos Borges

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SCH C Luís Fernando Pereira de Oliveira

Desenho Gráfico
ASS-TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada - Edifício das Instalações
Centrais da Marinha - Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa - Portugal
Telef: 21 159 32 54

Estatuto Editorial
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
What Colour Is This?
wcit.pt
info@wcit.pt
Tl: +351219267950

Tiragem média mensal:
3700 exemplares



DR

50 ANOS DE HISTÓRIA: ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS

Na comemoração do meio centenário da *Revista da Armada*, correspondente a uma história ademais de ilustre já provecta, atendendo à volatilidade dos tempos que correm, cabe-me traçar umas quantas linhas sobre as alterações geopolíticas e geoestratégicas ocorridas entre 1971 e 2021, acompanhando o aniversário da Revista.

EM PLENA GUERRA FRIA

Não é fácil fazer coincidir a história com datas precisas, mas também não é questão de meramente por lá adregar. Em 1971 ainda os Estados Unidos estavam mergulhados na Guerra do Vietname e, nesse mesmo ano, tinham estendido a guerra secreta no Laos. Talvez muito mais importante, sinal dos tempos, do novo peso da República Popular da China e do anúncio do presidente Nixon da existência de planos para uma viagem oficial à China, concretizada em 1972, esta adquire a vaga de Taiwan nas Nações Unidas.

Aquilo que se quer realçar com isto é, por um lado, as reverberações de média e longa duração na história, para as quais só conseguimos dispor de uma leitura mais equilibrada ao fim de uns quantos decénios, senão, em muitos casos, pelo menos um século e, por outro lado, as mudanças conjunturais não fáceis de prever, para já nada dizer dos acontecimentos revulsivos, dos cisnes negros, totalmente inesperados. Naturalmente, também essas reverberações de longa duração tem o seu quê de inesperado, na medida em que podemos a dado momento estar a assistir

a processos ainda a incoar, ou que ainda não se deixem perscrutar em toda a sua dimensão. Também pode acontecer simplesmente não termos olhos para a perspectiva de longa duração. Geralmente, o presentismo nem se apercebe do sentido das rupturas, quando as há, nem dos processos longos, vendo antes em cada facto um acontecimento, em geral uma catástrofe, cada vez menos um bom augúrio, procurando depois cenarizar, com base nas preocupações imediatas, o sentido do futuro, projectado não a partir da transitividade, do evoluir, mas das mais prementes e efémeras considerações coevas.

Em 1971 era fácil verificar que o empenhamento norte-americano no Vietname não corria bem, prognosticando, por sua vez, o reforço do bloco antagónico, liderado pela União Soviética, na Guerra Fria. Outrossim, pela China, a sair dos anos mais agudos da revolução cultural, ninguém terçava armas. E no entanto, as bases económicas da economia do Pacífico iam germinando, embora o maior dos oceanos não tivesse ainda a importância geoestratégica que veio a adquirir, tal a centralidade do Atlântico para o esforço norte-americano no confronto bipolar. O Vietname era



para os Estados Unidos uma resposta ao desafio da dita potência continental nos *shatter belts* e de modo algum sinalizava qualquer tentativa de inversão de prioridade oceânica.

Na verdade, a grande alteração, senão mutação, destes últimos 50 anos veio quase duas décadas depois, com a implosão da União Soviética, indirectamente derrotada no confronto da Guerra Fria. De forma inesperada, nomeadamente para os soviólogos, a queda da União Soviética, fruto da derrota interna e não da incapacidade estratégica, ou da deficiência militar (lembremo-nos que a designada revolução dos assuntos militares estava a dar os primeiros passos no Ocidente e que a mesma, na sua concepção, era de origem soviética), veio modificar todos os racionais geoestratégicos.

PÓS GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria liberta desde logo a China, em transformação interna, obedecendo a lógicas próprias, é certo, do ónus de ser uma potência comunista em ascensão. Como o foco, o eixo orientador da confrontação (a URSS) tinha sido vencido, a ascensão chinesa não fazia perigar, na aparência, um bem maior, a capacidade de os Estados Unidos se imporem como principal baluarte de uma nova era. Chegou a falar-se de unipolaridade e de uma nova ordem mundial, e de exportar, se não a filosofia político-constitucional ocidental, a sua concepção político-económica para a China, a qual parecia ser um excelente receptor, tal como as economias da bacia do Pacífico, agora com grande dinamismo, e sem o peso industrial obsoleto, a remodelar, que fixava as economias da Europa Oriental, saídas da chamada Cortina de Ferro. Além do mais, ao aquecimento geo-económico do Pacífico começava a não corresponder uma incontestável primazia geoestratégica do Atlântico, porque a força geo-económica transatlântica, essa já estava consolidada, não havendo razões para continuar a colocar todos os ovos no mesmo cesto, como sói dizer-se.

Do fim da Guerra Fria decorrem outros acontecimentos subsequentes, tais como o reforçar da coesão europeia em torno da (hoje) União Europeia, cada vez mais politicamente autónoma em relação aos Estados Unidos, tanto por força da desnecessidade da garantia face ao colosso soviético que, durante mais de uma década, se esbarrondou vertiginosamente, como por intermédio de uma viragem centrípeta, movida em torno da Alemanha e do centro da Europa, escapando um pouco a uma dinâmica mais atlantista – resta saber até que ponto a saída do Reino Unido da União Europeia, à parte a conjugação de interesses momentâneos, não está relacionada com a viragem continental, escassamente remuneradora para os objectivos geoestratégicos britânicos.

Por outro lado, decorrem, também indirectamente, do fim da Guerra Fria os percalços relacionados com o terrorismo internacional, de inspiração islâmica. É verdade que, em particular por parte dos Estados Unidos, talvez tenha havido um excesso de zelo em armar, municiar e respaldar, ou, pelo menos, fazer vista grossa ao crescendo de radicalização islâmica, pois tais movimentos jamais ocultaram até mais não poder a sua agenda própria, que se não resumia de todo ao combate contra o invasor soviético no Afeganistão. Todavia, não é menos verdade que uma coisa é a ideia posterior de guerra contra o terrorismo, a segunda invasão do Iraque, a exportação do poderio da super-potência restante, outra, substancialmente diferente, é a previsão de que o mundo correria de forma necessária pelas baías pelas quais veio a correr, havendo, portanto, obrigação em prever que o cenário só poderia vir a ser aquele onde pontuou o islamismo radical. É a tal imprevisibilidade da história, das coisas humanas em geral, com as quais os cenaristas não atinam de todo.¹ De qualquer forma, o protagonismo desse radicalismo islâmico também sempre foi muito relativo, acaso perscrutemos as grandes linhas de continuidade ou de fractura geopolítica e geoestratégica, não só porque os seus recursos eram e são limitados, mas sobretudo porque o principal agente político de ampliação da ameaça, tirante o medo difuso, de uma sociedade obcecada pela segurança e a imunidade, foi a principal potência mundial, de acordo com os seus avarares próprios de projecção de poder.

Certo é que a Guerra Fria não explica tudo, e outras constâncias há para explicar a realidade internacional. À excepção de um curto período em que a Rússia, amputada do amparo da União Soviética, se encontrava em crise de liderança económica e existencial, razão pela qual os Estados Unidos procuraram seduzi-la, chegando mesmo a pensar fazer dela um parceiro privilegiado da NATO, uma vez que já não traduziria um perigo de maior, na verdade, a rivalidade de poder entre os Estados Unidos e a Rússia mantém-se. Revelando racionais geopolíticos e geoestratégicos discrepantes de longa duração acerca da projecção de poder na Europa e na Ásia. Quer dizer que a Guerra Fria não se limitava à ideologia e o seu rasto perpassa ainda hoje, independentemente dos regimes e das práticas internacionais, pelo ominoso acumamento da Rússia; racional verdadeiramente despropositado se observado a partir da projecção de Mercator e não da de Miller, e muito mais atoleimado ainda, no caso da Europa, visto ser a Rússia uma potência do concerto europeu há muito.²

Por outro lado, embora o fim da Guerra Fria explique parte da libertação da China, ou da pressão sobre a China, transformada em potencial mercado manufactureiro aos olhos da economia ocidental do imediato pós-guerra fria, a sua ascensão remete para uma complexa história interna, para o retomar do pungente mercado ribeirinho Indo-Pacífico, que apenas (e em parte) a época das canhoneiras pôde drenar para Ocidente, quando tinha sido sempre um mundo geo-económico altamente estruturado em termos funcionais, voltando de novo a sê-lo.



POLIARQUIA EMERGENTE

No fundo, a cena internacional, tanto no imediato pós-Guerra Fria, como agora, revela uma poliarquia, em que a preponderância dos Estados Unidos é cada vez mais contestada, enquanto única super-potência restante. Nunca tendo configurado, muito menos hoje, uma situação de unipolaridade.

Preferimos falar em poliarquia, no sentido etimológico do termo, porque nenhuma das grandes potências internacionais faz parte de uma ordem ou de um concerto bem articulado, com as suas isometrias e isomorfias, se é que algumas vez o fez, se exceptuarmos aparentemente o período da Guerra Fria. Os diferentes pólos de poder parecem actuar de forma avulsa, porque soltos dessa ordenação, podendo por vezes fazer ressaltar a ideia de um poder ostensivo único. Uma percepção aparente que não corresponde à realidade, derivando antes da ilusão provocada pela invertebração de base. Na realidade, a poliarquia diz apenas da existência de diversos pólos de poder, não necessariamente simétricos, mas também não necessariamente assimétricos, e é tudo; não define, por força de uma tal invertebração, nenhuma modalidade de articulação de poder privilegiada, mesmo que esta se possa momentaneamente verificar.

Bem vistas as coisas, não se trata de nada particularmente espantoso, antes é uma consequência prática do poder ser um feixe de relações relativamente flutuante e cada vez mais ramificado. Num mundo globalizado, esta configuração desconfiguralizada e desconfiguralizante do poder, por assim dizer, que é a poliarquia, tende a agudizar-se e deparamo-nos com distintas esferas do poder que ora se sobrepõem ora se afastam, mas não coincidem ordenadamente num todo tendencialmente isomórfico, seja ele multipolar, bipolar ou unipolar. A flutuação e deslizamento do próprio poder faz com que se torne praticamente impossível falar num pólo monopolizador das diferentes esferas de poder e mesmo dentro de cada uma delas é igualmente manifesta essa flutuação. Dramatizando com alguma liberdade o jargão, poder-se-ia dizer que o recorte internacional do poder está cada vez mais fractalizado. Podemos facilmente avaliar de um tal estado de coisas, olhando para os Estados Unidos, potência sem rival em determinadas esferas e face a outros pólos. Pois bem, mesmo na esfera em que a superioridade norte-americana é maior, a militar, os Estados Unidos ficaram recentemente atolados em duas guerras com características subversivas, quer do ponto de vista do exercício remunerador do aparelho militar nesse tipo de guerras, quer da óptica das repercussões estratégicas, assinaláveis a todos os níveis, ao esticar o dispositivo quase até à sua extensão máxima, algo nunca ocorrido no Vietname, apesar do empenhamento quantitativo e qualitativo da força ter sido muito maior. Neste contexto, a única coisa a concluir é que as diferentes esferas de poder interagem e fazem-no de forma complexa e não-harmónica. Fazendo bruxulear uma vez mais o indómito conceito de poliarquia. De resto, em perfeita consonância com o carácter assistémico das relações internacionais de facto, quer por via da ideia e prática da soberania (e talvez do carácter cada vez mais dúctil do poder em si), quer por força da guerra, ambos elementos estruturantes da cena internacional e ambos ontológica e fenomenologicamente assistémicos; para nada dizer do próprio sentido constitutivo da acção humana, valha o pleonasma.³



E PORTUGAL...

Por fim, umas quantas linhas sobre Portugal. Porque no caso português, a não ser indirectamente, por via do reforço centrípeto da União Europeia, a que Portugal aderiu em 1986, enquanto CEE, e da desvalorização relativa mas paulatina do eixo transatlântico, compreensível, atendendo à projecção de Miller, logo que o prato da balança do Pacífico se equilibrasse para os Estados Unidos, caso a Guerra Fria diminuísse de intensidade ou até acabasse, o que veio a ocorrer; pois bem, dizíamos, fora isso, para Portugal, a paradoxal grande alteração não decorre da Guerra Fria mas da concomitância, nos temos da conjuntura longa (mediada apenas de uma dúzia de anos de distância), entre o fim do império ultramarino e da entrada na então Comunidade Económica Europeia. Afinal, aquilo que se revelou paradoxal foi a perda do protagonismo geopolítico e geoeconómico atlântico em detrimento da relação intra-europeia. Não sucedeu verdadeiramente assim em termos geoestratégicos, daí relevando uma certa tensão entre a política e a estratégia, por resolver, aumentada pelo incremento putativo da zona económica exclusiva portuguesa e pelo necessário crescimento (por efectivar) e operacionalização de meios navais correspondentes.



António Horta Fernandes

*Docente do Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL,
Investigador do IPRI*

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Notas

¹ Sobre as fontes da indeterminação, MacIntyre já lhes respondeu de forma cabal e de uma vez por todas. Veja-se Alsdair MacIntyre, *After Virtue: a study in moral theory*, third edition, Notre Dame, Ind., University of Notre Dame Press, pp. 88 e ss, 2007.

² Mostrando, por conseguinte, que, no caso norte-americano, a oposição à Rússia é mais funda do que uma oposição ideológica e geopolítica, sendo mesmo antropológica. Veja-se David Foglesong, *The American Mission and the "Evil Empire". The crusade for a "free Russia" since 1881*, New York, Cambridge University Press, 2007.

³ Tudo isto sem contar com a não necessária congruência entre o poder como imposição, leve ou pesada, e o poder como determinação de modos de vidas. Para além da *décalage* na efectivação e no resultado, imprevisível à partida, entre potência e poder como aplicação adaptada (e forçosamente alterada) da potência no ponto.

HORIZONTE 2035

UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO – E UMA ÉPOCA TURBULENTO?

O Sistema Internacional está a atravessar uma profunda mudança, assente numa alteração na distribuição do poder e nos alinhamentos – e rivalidades – das principais potências a nível mundial, apontando para uma configuração futura bem distinta da que caracterizou o - já distante período - da “Guerra Fria”.

A DISTRIBUIÇÃO DO PODER

Partimos de um estudo realizado em 2019 pela *RAND Corporation* dos Estados Unidos da América (EUA) sobre este tema, assente na construção de um indicador de poder relativo, apresentando-se dois gráficos que resumem os resultados a que chegaram, da análise dos Estados membros do G20.

Dos dois gráficos abaixo podem retirar-se traços fortes da evolução entre 1980 e 2015. Destacaríamos os seguintes:

- A manutenção dos EUA como Potência líder mundial numa primeira fase, durante a “Guerra Fria” em confronto com a URSS, e numa 2.ª fase pós 1991, com um patamar de estabilidade de poder 1980 a 2005 e uma quebra pós 2008, a que não é estranha a ocorrência da crise financeira de 2008 e o impacto das despesas com as guerras no Grande Médio Oriente pós 1991;

- A ascensão excepcionalmente rápida da República Popular da China no período pós 1980, assente numa inserção na Globalização, em complementaridade com a economia dos EUA e com as outras economias da Ásia – Pacífico;
- O colapso da URSS em 1991 e a emergência da Federação Russa como Estado “herdeiro” da URSS, a um nível muito inferior de poder;
- A formação de um “pelotão” de Estados que se mantiveram a um nível claramente mais baixo de poder do que os EUA e do que a China, e no qual se incluem a Federação Russa, o Japão e os 3 Estados europeus incluídos na amostra - o Reino Unido, França e a Alemanha; e
- O arranque da Índia a partir de 2000, saindo desse “pelotão”.

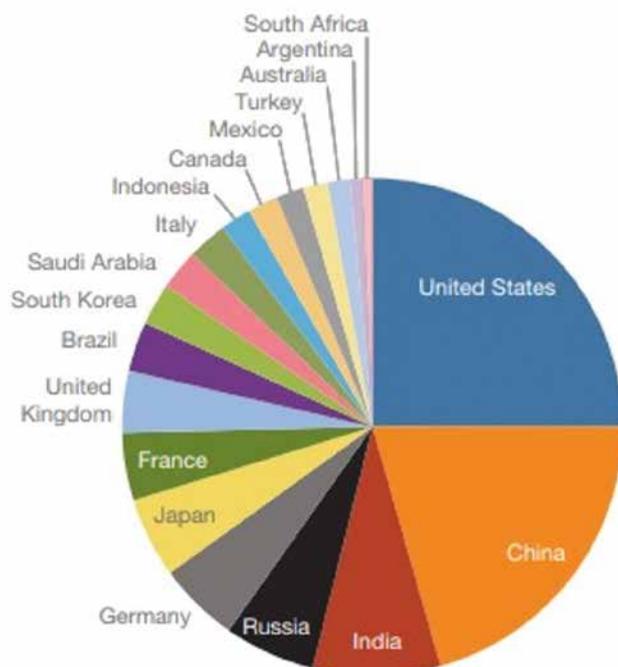
O PADRÃO DE CONFLITUALIDADE ENTRE POTÊNCIAS

Considerámos 3 patamares fulcrais de rivalidade a nível mundial no horizonte 2035:

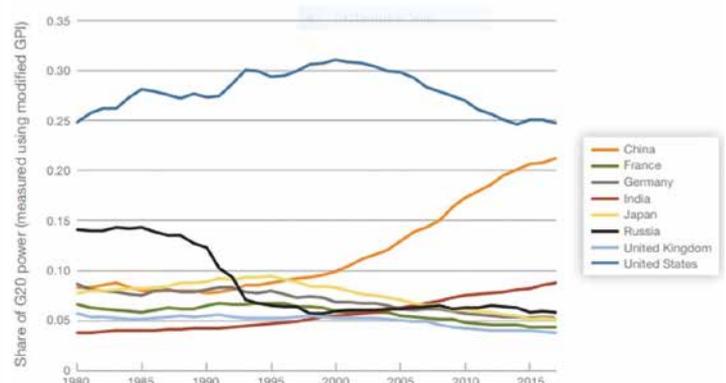
- A rivalidade entre os EUA e a China;
- A rivalidade na Ásia entre a China e a Índia; e
- As rivalidades no Médio Oriente, entre árabes e persas, muçulmanos sunitas e xiitas, e entre vários destes e Israel.

E tivemos ainda em conta três potências secundárias, procurando ganhar uma influência crescente a nível externo: a Federação Russa, nomeadamente na Eurásia e no Médio Oriente; a Turquia, no Médio Oriente e na Eurásia; e a Alemanha, mais ambiciosa, que parece ter optado pela evolução da União Europeia ao estatuto de “potência global”.

Balance of Power in 2015 of the G20, Measured Using Modified GPI

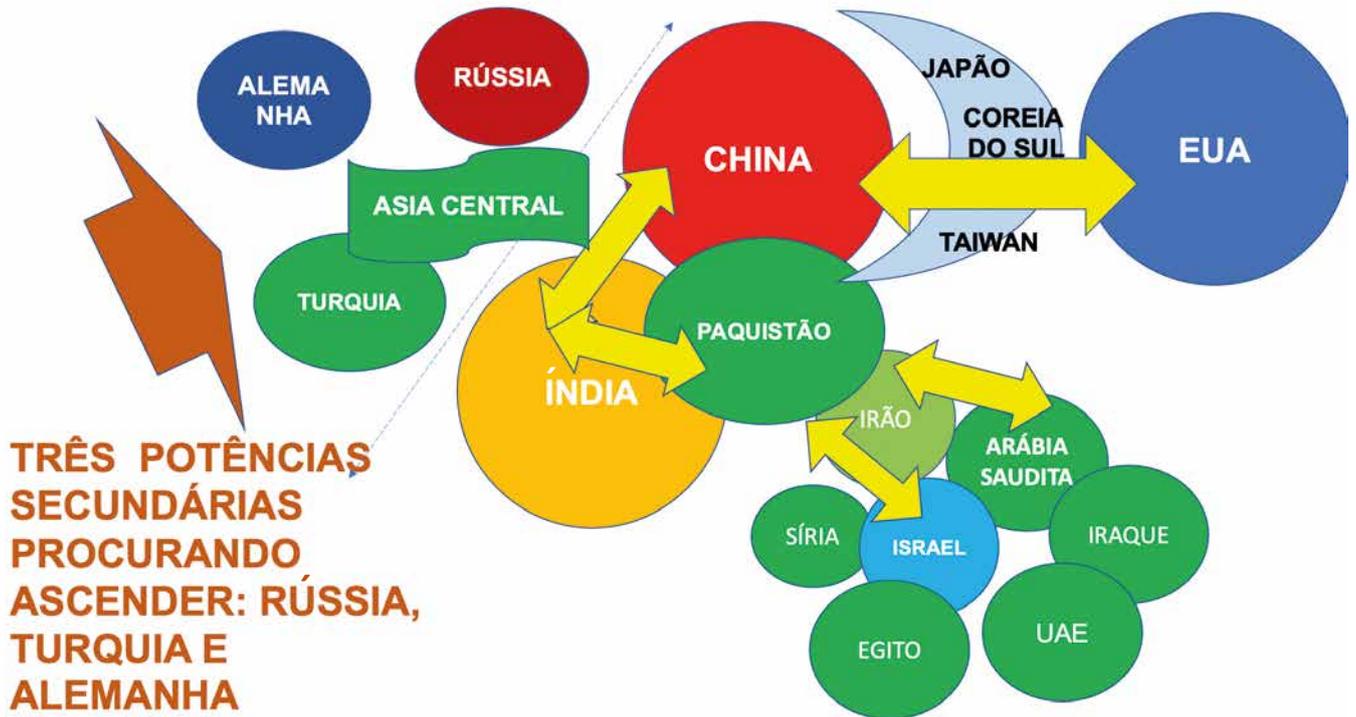


Share of G20's Modified GPI of the United States, China, India, Russia, Germany, Japan, France, and United Kingdom (1980–2017)



BALANÇA DE PODER NO G20 – 1980-2015

Fonte: Heim, Jacob L. Miller, Benjamin M. "Measuring Power, Power Cycles and the risk of Great - Power War in the 21st Century" Rand Corporation - 2020



PADRÃO DE CONFLITUALIDADE ENTRE POTÊNCIAS 2020

Fonte: Autor

PROCESSOS EM CURSO NA RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Consideramos que as principais potências vão estar envolvidas em 3 grandes processos que irão reformular o Sistema Internacional:

- Um processo de natureza geoeconômica abrangente – o futuro da Globalização, tendo como fulcro o que se vier passar na **Ásia**, uma vez terminada a fase de complementaridade entre a economia dos EUA e as economias da Ásia Pacífico -nomeadamente com a economia da China – que caracterizou a fase anterior da Globalização (1980-2010/12);
- Um processo de natureza estratégica e geopolítica – a emergência de um Mundo Multipolar, no qual está por definir a hierarquia de poder e os alinhamentos entre potências que a suportem – tendo como fulcro a rivalidade entre os EUA e China em termos de poder militar e de influência geopolítica global, que referimos anteriormente, mas que se vai desenvolver no contexto de divisões no seio da Ásia; e
- Um processo de natureza ambiental, centrado no objetivo consensualizado pela comunidade internacional de reduzir drasticamente as emissões de CO2 no horizonte 2050, o que exige no longo prazo uma mudança radical do paradigma energético – das tecnologias e das formas de energia primária que suportem esse novo paradigma. **Processo que pode ameaçar a sobrevivência econômica das economias atualmente especializadas na produção e venda de petróleo e gás natural, localizadas no Médio Oriente e na Ásia Central – economias em sociedades islâmicas, desencadeando uma revolta que facilmente ganhará dimensões religiosas.**

A União Europeia, com limitada influência nas zonas de maior confronto que o alinhamento das potências está a definir – Indo-Pacífico

e Golfo Pérsico/Médio Oriente – está ela própria também a definir uma nova configuração para a sua existência geoeconômica e estratégica futura, em torno do objetivo de Autonomia Estratégica.

O modo como analisamos a evolução destes processos permitiu-nos distinguir, por um lado os Movimentos da China, e por outro os movimentos de resposta de outras potências.

OS MOVIMENTOS DA CHINA - E O SEU SIGNIFICADO

Eis a elencagem dos principais movimentos da China:

- Ao nível do processo geoeconômico, a China pretendeu organizar um espaço de comércio e investimento asiático – ou seja, excluindo os EUA – mas para tal precisou da colaboração de aliados dos EUA – Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Tailândia - para a criação do *Regional and Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), que materializou este processo.
- Ao nível do processo geopolítico, a China organizou uma parceria com a Rússia na Organização de Cooperação de Xangai (OCX) – que lhe abriu o Espaço Euroasiático, facilitando-lhe a entrada na Ásia Central ex-soviética, cujos Estados são membros fundadores daquela organização. E lançou a Iniciativa *One Belt One Road* – as “Novas Rotas da Seda” – cujo vetor central é euroasiático, ligando a China à Europa por via terrestre.
- No Golfo Pérsico/Médio Oriente a China optou em 2020 pela criação de uma parceria estratégica com o Irão, procurando manter relações cooperativas com os Estados Árabes do Golfo, adversários do Irão e tradicionais aliados dos EUA.

- A China, tendo uma clara rivalidade com a Índia, admitiu-a no quadro institucional da sua abordagem geoeconómica – a “Ásia para os asiáticos” no RCEP – tendo a Índia adiado a sua adesão a esta organização, enquanto rejeitava participar na Iniciativa *One Belt One Road*; a China, com forte empenho da Rússia, integrou a Índia no quadro institucional da sua abordagem geopolítica – a OCS – ao mesmo tempo que o Paquistão, seu aliado, também a integrava.
- A Índia mantém excelente relacionamento, quer com o Japão, quer com a Rússia e, mais recentemente, reforçou o seu relacionamento com os EUA.

o *Quadrilateral Security Dialogue* (QUAD¹), uma espécie de NATO asiática. O Reino Unido já manifestou o seu interesse em integrar quer o CPTPP, quer o QUAD.

UMA VISÃO DE CONJUNTO

A figura final procura representar os dois tipos de movimentos que ilustram um realinhamento em curso, em torno do triângulo EUA, Japão e Reino Unido, como resposta aos movimentos da China.

E percebe-se que uma incerteza crucial no horizonte 2035 diz respeito ao posicionamento futuro da Rússia, face aos EUA e ao Japão.

OS MOVIMENTOS DE RESPOSTA À CHINA

Estes movimentos estão a ser liderados pelos EUA e Japão, contando com o envolvimento da Austrália e Nova Zelândia e, mais recentemente, com a adesão do Reino Unido (após o Brexit) – e apontam para um reforço das relações de todas estas potências com a Índia – a nível económico e a nível político-militar.

Entretanto no Golfo Pérsico, os Emiratos Árabes Unidos - aliado dos EUA - além da sua aproximação a Israel, têm vindo a estreitar relações económicas com a Índia e tecnológicas com o Japão.

Recorde-se que, após a retirada dos EUA da Parceria Transpacífico (TPP) durante a administração Trump, o Japão reuniu o conjunto dos outros Estados Membros da TPP, criando uma nova organização que reúne Estados da Ásia e da fachada do Pacífico das Américas – do Norte e do Sul – a *Comprehensive and Progressive Agreement for a Pacific Partnership* (CPTPP). Em novembro de 2020 houve a manifestação de um eventual interesse da China em integrar esta organização, não obstante o RCEP estar já acordado.

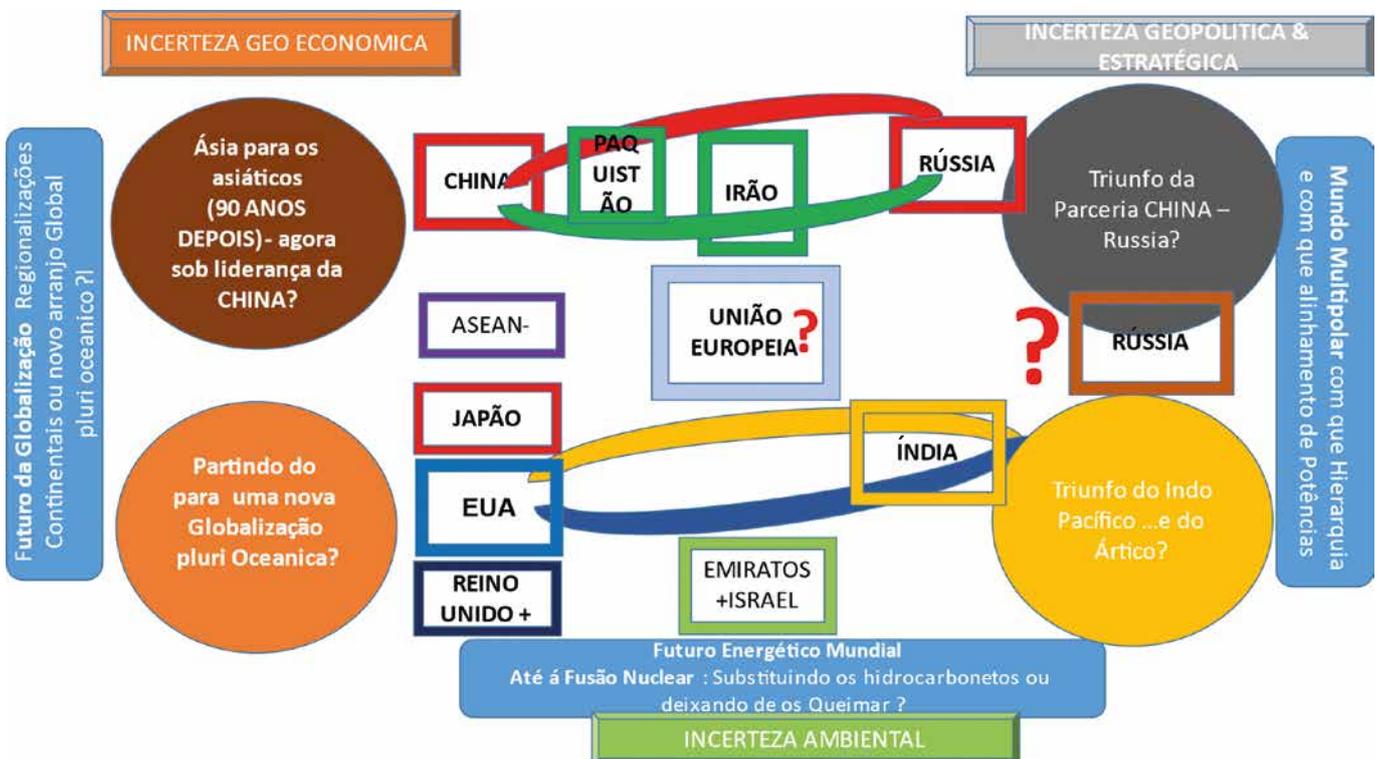
Por sua vez o Japão participa com os EUA, a Índia e a Austrália, numa parceria militar contra o expansionismo regional da China –

José Manuel Félix Ribeiro
Economista

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Notas

¹ Sendo os 4 países potências marítimas, foi sem surpresa que a parte militar começasse por exercícios navais – o Malabar em Novembro de 2020 e o *Sea Dragon* em Janeiro de 2021 – tendo sido dado ênfase às operações antissubmarinas. Neste último exercício, para além de meios navais dos quatro países, participou ainda uma fragata canadiana. Em Maio realizou-se na região o exercício ARC 21, tendo nele participado um porta-helicópteros francês. Novos exercícios navais se seguirão ainda este ano, aproveitando a presença na região do porta-aviões *HMS Queen Elizabeth*, que incorpora na sua escolta uma fragata holandesa. Estes meios navais de países europeus e do Canadá cruzaram ou irão cruzar o Estreito de Taiwan (ou Formosa) e sulcar as águas do Mar do Sul da China, que a China reclama como suas, ao atropelo da Lei do Mar.



O “TABULEIRO MUNDIAL 2020-2035” – UMA VISÃO DE CONJUNTO

Fonte: Autor



EXERCÍCIO CONTEX-PHIBEX 2021

De dois em dois anos realiza-se um Exercício CONTEX-PHIBEX, uma importante oportunidade para o incremento dos padrões de prontidão operacionais da Esquadra e da Força Naval Portuguesa (FNP). O exercício deste ano – o CTPH21 – decorreu entre os dias 3 e 14 de maio, ao largo da costa ocidental portuguesa – entre Lisboa e o Cabo de São Vicente – e nele participaram onze meios navais, fuzileiros e mergulhadores portugueses e aliados, para além de aeronaves envolvidas no exercício NATO TIGER MEET 2021 (NMT21), organizado pela Força Área Portuguesa (FAP). No total, estiveram envolvidos no CTPH21 aproximadamente 1500 militares.

MEIOS E ESTRUTURA DO EXERCÍCIO



Fazendo parte do ciclo de aprontamento de forças, o CTPH21 abrange todo o espectro de operações navais – antissubmarinas, antissuperfície, antiaéreas e anfíbias. No exercício foram exercitados um amplo conjunto de disciplinas da guerra naval, com especial realce para a vigilância e interdição de espaços marítimos e desembarques anfíbios e, ainda, o emprego de forças de operações especiais.

Sob o comando do VALM Silvestre Correia, Comandante Naval, o principal objetivo foi testar e aperfeiçoar as capacidades da FNP e do seu Estado-Maior embarcado, na condução de operações navais, bem como a sua integração com outros comandos participantes no exercício - a força de operações especiais e o submarino – num cenário fictício, o qual teve em conta o ambiente internacional e as atuais ameaças difusas do mundo real. A FNP é comandada pelo CMG Gamurça Serrano, embarcado com o seu Estado-Maior no navio-chefe, o NRP *Álvares Cabral*.

Conforme quadro anexo, a Marinha Italiana participou com uma fragata da classe *Carlo Bergamini*, a Marinha Norte-Americana com um navio anfíbio, e a Marinha Espanhola com uma fragata da classe *Álvaro de Bazan* e com um reabastecedor. Adicionalmente, a Marinha Norte-Americana participou com uma aeronave de patrulha marítima¹ e uma aeronave multifunção, ambos a operar a partir da base aérea de Mórón, no sul de Espanha.

O USS *Carter Hall* desembarcou meios e uma unidade de assalto anfíbio, da 24th *Marine Expeditionary Unit*. A Força de Desembarque foi comandada pelo 1TEN FZ Gomes Goulart.

A componente de Operações Especiais foi constituída por um *Special Operations Maritime Task Group* (SOMTG), escalão máximo de força gerado pelo Destacamento de Ações Especiais (DAE). A SOMTG conduziu operações complexas na costa e em terra, realizando todo o espectro de tarefas de operações especiais, nomeadamente reconhecimento especial e ações diretas, incluindo o resgate de reféns e a captura ou neutralização de células de terroristas, no contexto do cenário do exercício.



No decurso de todo o exercício pôde contar-se com numerosos meios aéreos – para além do único meio orgânico, o helicóptero SH-90 do ITS *Antonio Marceglia*. Baseados em terra, participaram diversas aeronaves, nomeadamente o P3-C e os F-16 da FAP, bem como outras aeronaves que integravam o exercício NMT21, que decorreu em simultâneo e na mesma área de operações.

No que diz respeito ao planeamento, o exercício teve início ainda em terra, de forma a preparar as ações no mar. Nesse período, a FNP executou um vasto conjunto de exercícios, com apoio dos diversos simuladores e das equipas de avaliação do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN). A largada da força naval foi antecedida por um dia de reuniões setoriais com vista à harmonização de procedimentos e sedimentação das regras de segurança, bem como pela *Pre-Sail Conference*. Já no mar, a estrutura do exercício teve duas fases distintas: uma primeira parte designada por *Combat Enhancement Training (CET) / Force Integration Training (FIT)* e uma segunda parte designada por *Schedule Of Events (SOE)*.

O CET/FIT consistiu num programa seriado intenso e exigente, que se prolongou até ao final do dia 08. Essa fase compreendeu um treino alargado em várias áreas das operações navais, de forma a assegurar a necessária interoperabilidade e integração das unidades navais numa força naval, proporcionando assim uma adequada prontidão para um vasto espectro de tarefas que se viriam a realizar na fase posterior do exercício. Foi assim dado particular ênfase ao adestramento das guarnições nas áreas clás-

sicas do combate antiaéreo, antissuperfície, e antissubmarino, sob fortes medidas de empastelamento eletrónico providenciado pelo módulo de guerra eletrónico da NATO, genericamente designado por TRACSVAN, embarcado no NRP *Sines*.

O programa seriado, previamente definido, do SOE, permitiu um treino dos meios envolvidos com maior complexidade e duração.

CENÁRIO E OPERAÇÕES

Como cenário para CTPH21, foi criado um quadro fictício, no qual ocorreria uma grande interferência política da potência regional (designada por *Springland*) num país rico em recursos naturais (designado por *Summerland*), mas com enorme instabilidade política resultante das últimas eleições. Destes fatos resultou uma escalada de violência com graves consequências para as populações e estabilidade da região. Devido à rutura total entre as partes envolvidas, o governo de *Summerland* solicitou apoio às Nações Unidas. O Conselho de Segurança aprovou então várias Resoluções (UNSCR²) tendentes ao apaziguamento do conflito; uma delas mandou uma Força Naval Multinacional (MNTE³), comandada por Portugal, com o propósito de garantir o cumprimento das restantes resoluções.

A FNM⁴ cumpriu na íntegra a missão de assegurar uma zona de exclusão, garantindo o controlo do mar nessa região, bem como o controlo e neutralização de ameaças em terra, em prol

PAÍSES	PORTUGAL	ESPAÑA	ESTADOS UNIDOS	ITÁLIA
MEIOS NAVAIS	NRP <i>Álvares Cabral</i> NRP <i>Figueira da Foz</i> NRP <i>Sines</i> NRP <i>Tridente</i> NRP <i>Almirante Gago Coutinho</i> NRP <i>Cassiopeia</i> NRP <i>Pégaso</i>	SPS <i>Almirante Juan de Borbón</i> SPS <i>Patino</i>	USS <i>Carter Hall</i>	ITS <i>Antonio Marceglia</i>
OUTROS MEIOS	Destacamentos de Mergulhadores Destacamento de Operações Especiais Força de Fuzileiros	-	MPA P8-A MV22 <i>Osprey</i>	-

do cumprimento do embargo imposto pela UNSCR a todo o material militar destinado às forças terroristas no país *Summerland*.

À Força de Desembarque (LF⁵) combinada, constituída por uma Companhia de Fuzileiros Portugueses e um Pelotão reforçado (PLT+) de *Marines* Norte-Americanos, perfazendo aproximadamente 90 operacionais, foi atribuída a responsabilidade de implementar a zona de exclusão em terra, garantindo a segurança das instalações do

Ponto de Apoio Naval de Troia (PANTROIA), assim como a neutralização da ameaça representada pelo grupo terrorista *Troyland Liberation Front* (TLF). A LF foi projetada a partir do Grupo de Transporte (*Transport Group*) da Força Anfíbia, com recurso a lanchas de desembarque e botes de assalto. O NRP *Tridente*, em apoio associado à MNTF, desempenhou um papel determinante, tanto numa primeira fase de preparação da zona de desembarque com a inserção de forças especiais, como numa segunda fase assegurando o controlo do mar na área de operações anfíbias.

Das várias atividades desenvolvidas durante o exercício, destaca-se para:

- O treino de procedimentos de empenhamento de armas, nomeadamente um exercício de tiro de peças de artilharia contra alvo de superfície rebocado e um conjunto de exercícios de tiro de armas de pequeno calibre, com vista a testar a prontidão da força contra uma ameaça assimétrica de superfície; e
- Uma série de busca e salvamento de submarino sinistrado, no qual foram empenhados um vasto número de meios, materiais e humanos.



Foto CAB AD Pinto Oliveira

ALM Silva Ribeiro; do CEMA, ALM Mendes Calado; do Comandante Naval, VALM Silvestre Correia; e de outras altas entidades civis e militares. O DVDDAY iniciou-se com um conjunto de *briefings* a bordo do navio-chefe da FNP; seguiu-se uma demonstração das capacidades operacionais da Marinha quando integrada numa força multinacional.

As altas entidades puderam assistir a um conjunto de ações executadas essencialmente por fuzileiros e mergulhadores, com especial relevo para a demonstração de um assalto anfíbio na praia situada a norte de PANTROIA; a força de desembarque combinada, constituída por meios e militares portugueses e norte-americanos, foi projetada a partir do navio USS *Carter Hall*, que se encontrava ao largo da península de Troia.

É ainda de assinalar a cooperação da lancha de desembarque do USS *Carter Hall*, complementada por um conjunto de militares e veículos, que acrescentaram uma maior robustez e magnitude ao DVDDAY.

O DVDDAY terminou com a visita a um dispositivo estático operacional, constituído por alguns meios que desembarcaram durante o assalto anfíbio, complementado por elementos alusivos aos quatrocentos anos da criação dos Fuzileiros Portugueses.

CONCLUSÕES

O CTPH21 revelou-se uma excelente oportunidade de treino para todos os meios e militares envolvidos, contribuindo para o necessário aprontamento das diferentes capacidades da FNP. Também a Marinha, com o importante apoio da FAP e das marinhas aliadas, pôde incrementar os padrões de prontidão operacionais da FNP, que lhe possibilita o emprego numa alargada diversidade de operações navais conjuntas e/ou combinadas de carácter expedicionário.

O exercício permitiu ainda o desenvolvimento das competências do Estado-Maior da FNP para a condução de operações navais, nas áreas antissubmarinas, antissuperfície, antiaéreas e anfíbias.



Colaboração da **PRTMARFOR**



Foto CAB AD Pinto Oliveira

DISTINGUISHED VISITORS DAY (DVDDAY)

No DVDDAY do CTPH21, que decorreu nas instalações do PANTROIA a 10 de maio, foi possível contar com a presença: do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. João Gomes Cravinho; do Ministro da Defesa de Moçambique, Dr. Jaime Bessa Neto; do CEMGFA,

Notas

¹ MPA – *Maritime Patrol Aircraft*

² UNSCR – *United Nations Security Council Resolution*.

³ MNTF – *Multinational Task Force*.

⁴ FNM – Força Naval Multinacional, i.e., a FNP mais os meios navais dos países aliados.

⁵ LF – *Landing Force*.



Presenças Marítimas Coordenadas – Marinhas de Portugal (à esquerda), Itália (ao centro) e Espanha (à direita)

NRP SETÚBAL

INICIATIVA MAR ABERTO 21.1

CONCLUSÃO

Passados dois meses desde o início da missão Iniciativa Mar Aberto 21.1, o navio de patrulha oceânico NRP *Setúbal* rumou a norte com vista a praticar o fundeadoiro da baía de Santo António, no Príncipe, e os portos de Lagos, na Nigéria, Tema, no Gana e Mindelo, em Cabo Verde. No decorrer deste último mês o navio continuou a operar, no mar, com os navios da União Europeia presentes no Golfo da Guiné ao abrigo do projeto-piloto denominado Presenças Marítimas Coordenadas (PMC), bem como com as Marinhas locais, no mar e em terra, no âmbito da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), desenvolvendo diversas atividades de formação e treino conjunto.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ao longo dos três dias em que o navio permaneceu fundeado na ilha do Príncipe, realizaram-se ações de cariz social através da entrega de brinquedos, roupa e material escolar à Santa Casa da Misericórdia do Príncipe e de cariz médico-sanitário, tendo sido entregues apósitos ao hospital local.

No âmbito da presença naval, o Comandante do navio apresentou cumprimentos protocolares ao Presidente do Governo Regional do Príncipe, Dr. Filipe Nascimento, visitou as instalações da Guarda Costeira e participou ainda, no dia 29 de abril, na comemoração do 26.º aniversário da autonomia da Região do Príncipe. A estadia na ilha do Príncipe culminou com a visita a bordo do Presidente do Governo Regional da Ilha do Príncipe.

De referir que, durante a estadia, decorreu a 28 de abril e no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o primeiro *Dakar Blue Talk*, organizado pela Embaixada de Portugal em Dakar. Com o tema *Pont vers le Atlantic Centre* e no contexto da recente criação do Centro para a Defesa do Atlântico, localizado na ilha Terceira, e da copresidência senegalesa do Grupo de amigos do G7 do Golfo da Guiné, este encontro teve como

objetivo contribuir para o debate sobre como encontrar soluções comuns para fazer face à instabilidade no Golfo da Guiné. O NRP *Setúbal* participou neste *Webinar* através de um vídeo de divulgação da Iniciativa Mar Aberto 21.1.

PRESENCAS MARÍTIMAS COORDENADAS

Após suspender da ilha do Príncipe, o NRP *Setúbal*, conjuntamente com os navios ESPS *Furor* e ITS *Rizzo*, iniciou uma patrulha no âmbito do projeto piloto das PMC, iniciativa que tem em vista a manutenção da segurança da navegação nas águas do Golfo da Guiné. A patrulha incidiu na região a sul da Nigéria, durante o dia 2 de maio; foram desenvolvidas atividades de partilha de experiências e treino nos diferentes modos de atuação, dando primazia à compilação do panorama da navegação na área, e à abordagem a navios suspeitos e a navios alvo de ações de pirataria. Ao pôr do sol os três navios, dispostos em linha com 50 metros de afastamento, realizaram a cerimónia de despedida, tendo sido tocado o hino nacional de cada país e proferidas algumas palavras por cada um dos três Comandantes.

NIGÉRIA



Após a PMC o navio rumou ao porto de Lagos, onde atracou ao som de uma banda da Marinha Nigeriana. Posteriormente, o Comandante apresentou cumprimentos protocolares na Base Naval sediada neste porto e efetuou uma conferência de imprensa para os órgãos de comunicação locais.

Tendo como foco uma patrulha conjunta, a realizar aquando da largada de Lagos, os comandantes dos quatro navios participantes – o NRP *Setúbal* e os nigerianos NNS *Nguru*, NNS *Ekulu* e NNS *Osun* – e alguns dos respetivos oficiais reuniram para planearem, em conjunto, as atividades a realizar durante os dois dias que se seguiriam.

Após sair do porto e ainda em águas territoriais nigerianas, os navios iniciaram a patrulha conjunta – interoperabilidade entre nações. Os navios colaboraram em prol da manutenção e ou incrementação da segurança marítima na região, cooperaram na compilação do panorama situacional marítimo e partilharam conhecimentos e ou experiências em diversas áreas no combate a atividades ilícitas no mar. Nos dois dias em que os navios operaram em conjunto, foram realizadas diversas atividades, desde abordagens a navios suspeitos (simulados pelos navios da Marinha Nigeriana), até à evacuação médica de um ferido (simulado) por meio de um helicóptero da Marinha anfitriã.

GANÁ



À Nigéria seguiu-se o quase vizinho Gana; no decorrer da visita ao porto de Tema, foram desenvolvidas a bordo atividades de cooperação, com especial ênfase na troca de conhecimentos e experiências entre os militares

das respetivas Marinhas. Estas atividades focaram as áreas: da emergência médica, através de palestras de suporte básico de vida com uso de desfibrilhador automático externo; do *boarding*, com palestras baseadas nos diferentes modos de atuação perante uma ameaça no mar; da limitação de avarias, com uma palestra sobre os modelos adotados a bordo no combate a um incêndio; e da navegação, com uma visita à ponte do navio e explicação dos diferentes equipamentos de bordo.

Durante a presença naval portuguesa no porto de Tema, o Comandante do navio realizou uma visita à Base Naval sediada nesse porto, tendo prestado cumprimentos protocolares ao Comandante Naval, COM Emmanuel Ayesu Kwafo. A bordo, foram recebidas as visitas do próprio comodoro e do cônsul honorário português no Gana, Prof. Dr. António José de Matos Fernandes.

CABO VERDE

Deixando para trás o Golfo da Guiné, o navio rumou ao arquipélago de Cabo Verde, indo atracar no porto do Mindelo. Aí foram desenvolvidas diversas atividades de cooperação com as Forças Armadas e com a Guarda-Costeira de Cabo Verde (GCCV), desde ações de formação, treino conjunto e partilha de conhecimentos. Estas ações focaram, principalmente: a manobra e condução de embarcações miúdas; o apoio técnico ao navio da GCCV *Badejo*; a formação teórica e prática às forças anfíbias e às equipas de abordagem cabo-verdianas; os procedimentos de emergência médica, formação e treino na área do mergulho com a equipa de mergulho da GCCV; e o apoio técnico aos sistemas de comunicações. Relativamente a esta última área, foi feita a avaliação da instalação das antenas e a sua capacidade de transmissão a partir do *Joint Rescue Coordination Center* (JRCC).

No âmbito da presença naval, o Comandante do navio prestou cumprimentos protocolares a diversas entidades locais: ao Ministro do Mar de Cabo Verde, Dr. Paulo Lima Veiga; ao Presidente da Câmara Municipal do Mindelo, Dr. Augusto Neves; e ao Comandante da GCCV, capitão-de-navio Pedro Santana. A bordo, o Comandante recebeu as visitas do Ministro do Mar, do Comandante da GCCV, do Comandante da 1.ª Região Militar de Cabo Verde, capitão-de-navio Alberto Teixeira, e do Chefe de Missão Naval do Brasil em Cabo Verde, CFR Marcus Vinicius Nóbrega.

BASE NAVAL DE LISBOA

No trânsito entre o Mindelo e Lisboa foram efetuados diversos exercícios de treino e adestramento da guarnição, tendo ainda o Comandante participado no *Webinar* do IUM *A estratégia securitária da EU para o Golfo da Guiné e o papel de Portugal*.



Ações de cariz social na Ilha do Príncipe



Cooperação no Domínio da Defesa – Marinha da Nigéria

Decorridas 1.149 horas de navegação e percorridas 11.825 milhas náuticas, terminou a missão de cooperação bilateral e multilateral com diversos países do Golfo da Guiné, tendo o NRP *Setúbal* atracado, a 30 de maio, na BNL, onde foi recebido pelo Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. João Gomes Cravinho, pelo Comandante Operacional dos Açores, em representação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, VALM Henriques Gomes, pelo Comandante Naval, VALM Silvestre Correia, pelo 2.º Comandante Naval, CALM Antunes Rodrigues e pelo Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície, CMG Gamurça Serrano.



Guarnição do NRP *Setúbal* na missão Iniciativa Mar Aberto 21.1

No âmbito da missão Iniciativa Mar Aberto 21.1 o NRP *Setúbal* levou a cabo: diversas atividades no âmbito da CDD, tuteladas pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, designadamente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; ações de formação e treino conjunto com as Marinhas da Nigéria e do Gana; e ainda apoio consular na Costa do Marfim. Ao longo da missão o navio contribuiu também para a diplomacia e cooperação nacional, desenvolveu ações de cariz social e de assistência na manutenção de infraestruturas e equipamentos, assim como de partilha de informação com o Centro de Análise e Operações Marítimas – Narcóticos (MAOC-N) no que concerne aos contactos de interesse na área de operações. No decorrer da missão realizou ainda ações

de patrulha no âmbito do projeto piloto das Presenças Marítimas Coordenadas, no Golfo da Guiné, com as Marinhas de Espanha, França e Itália e participou no exercício OBANGAME EXPRESS, organizado pelos Estados Unidos da América e que decorreu entre 14 e 20 de março, em Cabo Verde.

O NRP *Setúbal* regressa assim a casa deixando na esteira o sentimento de dever cumprido, revelando o valor do seu lema, de Sophia de Mello Breyner Andresen, *para a frente só o inavergável!*



Colaboração do **COMANDO DO NRP SETÚBAL**

PORTOS	PRÍNCIPE SÃO TOMÉ	LAGOS NIGÉRIA	TEMA GANA	MINDELO CABO VERDE	LISBOA BNL
CHEGADA	28 ABR	04 MAI	08 MAI	20 MAI	30 MAI
LARGADA	01 MAI	06 MAI	12 MAI	23 MAI	-



Cooperação no Domínio da Defesa – Marinha da Nigéria



Cooperação Domínio da Defesa – Treino operações de mergulho



Fotos Corentin Charfes

OPERAÇÃO CORYMBE – GOLFO DA GUINÉ PARTICIPAÇÃO DE UMA FORÇA DE FUZILEIROS

No âmbito da cooperação bilateral com a França, uma Força de Fuzileiros (FFZ), composta por 17 militares da Polícia Naval e do Pelotão de Abordagem, embarcou no navio FS *Dixmude* para participar na Operação Corymbe 156, no período de 2 de fevereiro a 23 de abril de 2021.

MISSÕES CORYMBE

Em termos da prontidão dos meios militares franceses para ocorrerem a uma emergência em qualquer parte do mundo, desde 1990 que a França tem, em permanência, um ou dois navios de guerra em apoio do seu dispositivo militar na África Central e Ocidental – Operação Corymbe. Esses meios navais, na área do Golfo da Guiné, contribuem para a redução da insegurança marítima (nomeadamente anti-pirataria), em apoio das capacidades das Marinhas e dos centros de comando e decisão dos estados ribeirinho, no âmbito do Processo de Yaoundé. Mas também levam a cabo patrulhas de vigilância das pescas, combatem o narcotráfico (seis toneladas de cocaína apreendidas nesta missão) e participam em treinos e exercícios inter-ramos com diferentes parceiros europeus e ou africanos, de âmbito regional ou internacional.

Os meios embarcados no *Dixmude* permitem não só reforçar as unidades militares francesas na região numa qualquer intervenção em caso de crise, mas também participar na proteção/evacuação (*Noncombatant Evacuation Operation* – NEO) de cidadãos franceses e europeus de uma zona perigosa/político-militarmente instável.

O *Dixmude* havia já participado na Corymbe 154, de outubro a dezembro de 2020. A missão que teve os fuzileiros portugueses embarcados este ano foi a Corymbe 156; nesta missão embarcou também 250 militares franceses e da Legião Estrangeira, constituindo o Grupo Tático Dragão, uma equipa de saúde *Role 2*, dois *drones*, um helicóptero *Alouette III*, as barcas e os meios de uma força de desembarque (módulo anfíbio).

CONVITE A PORTUGAL

É recorrente¹ o convite da Marinha Francesa para a participação numa iniciativa que concorre para os esforços internacionais visando a promoção da segurança marítima na região do Golfo da Guiné, assim como, a contribuição para o reforço do conhecimento mútuo e interoperabilidade nos domínios das operações, treino e formação dos fuzileiros. A participação nesta operação mereceu parecer favorável do Conselho Superior de Defesa Nacional na sessão de 6 de outubro de 2020, constando, portanto do plano de Forças Nacionais Destacadas para 2021.

À semelhança da participação em edições anteriores, os objetivos deste empenhamento foram: o desenvolvimento de ações de parceria militar operacional em apoio aos países africanos; a realização de treinos bilaterais com o destacamento congénere de *Fusiliers Marins* embarcado; e a integração em operações conjuntas em zona sensível.

A operacionalização deste empenhamento de fuzileiros foi feita ao abrigo dos tratados entre a República Portuguesa e a República Francesa relativos: à cooperação no domínio da defesa, de 30 de julho de 1999; à proteção das informações e matérias classificadas, de 10 de janeiro de 2005; e ao Acordo Técnico entre o Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro da Defesa da República Francesa, relativo à cooperação no domínio da segurança marítima, de 30 de abril 2010.

CORYMBE 156

Logo na segunda semana, o *Dixmude* participou no exercício XARITOO 2021 a sul de Dacar; os seus meios de desembarque puseram em terra o Grupo Tático Dragão e duas seções das Forças



Armadas Senegalesas para, essencialmente, treinarem o combate motorizado em savana.

O exercício seguinte, o OBAMBA 2021 (treino de uma NEO em águas do Gabão), foi cancelado devido ao navio ter sido empenhado na operação de combate ao narcotráfico atrás referida.

Depois da participação no exercício naval OBANGAME EXPRESS com a Marinha do Gana, foi na lagoa de Abidjan (à entrada deste porto da Costa do Marfim) que decorreram 10 dias de treino intenso – exercício ELEPHANT 2021 – aproveitando quer zonas densamente arborizadas (para iniciação ao combate na selva), quer as facilidades da base de Lomo Nord para treino de tiro aberto evolutivo com todo o arsenal do Grupo Tático.

PROJEÇÃO E RETRAÇÃO

Antes de ser dada como pronta, esta FFZ passou por uma fase de aprontamento – cumprindo um plano de Treino Orientado para a Missão – seguida da logística sanitária, devido ao panorama pandémico de COVID-19 prevaemente. Nesta última fase, os militares realizaram um período de quarentena de 14 dias em Portugal, e, menos de 72 horas antes da projeção, foram submetidos a um teste PRC ao SARS-CoV-2.

A FFZ foi projetada via C-130 da Força Aérea Portuguesa a 31 de janeiro, sendo inserida a bordo do *Dixmude* nesse mesmo dia, na Base Naval de Toulon. Na retração seguiu-se o caminho inverso, utilizando idêntico meio aéreo a 24 de abril.

No âmbito do treino conjunto, destaca-se a excelente partilha de conhecimentos, técnicas e táticas nas áreas de:

- Abordagem (exercício OBANGAME EXPRESS 21);



- Proteção do navio; e
- Operações anfíbias, desenvolvidas com os meios de projeção disponíveis no *Dixmude*, tanto no exercício XARITOO (Senegal) como no exercício ELEPHANT (Costa do Marfim).

A missão foi extremamente condicionada pela pandemia COVID-19 e pelas consequentes medidas de mitigação associadas, condicionando o plano de navegação inicialmente estabelecido.



Colaboração do CCF

PHA/BPC/LHD DIXMUDE



O FS *Dixmude* é considerado pelos franceses como um *Porte-hélicoptères Amphibie* (PHA), como um *Bâtiment de Projection et de Commandement* (BPC), mas também como um *Landing Helicopter Dock* (LHD), ou seja, um navio de assalto anfíbio ambivalente – no deck e hangar/porão pode levar até 16 helicópteros ligeiros/médios para assaltos aéreos focalizados e missões de vigilância (módulo aeronaval); em alternativa, poderá embarcar 60 viaturas blindadas e 13 carros de combate médios, para além de até 4 barcaças de desembarque na doca à popa, inundável (módulo anfíbio). Desde há cerca de dois anos que está também certificado para operar *drones* S-100, que dispõem de uma vasta panóplia de sensores ISR; nesta missão embarcou dois S-100, os quais tiveram o seu primeiro emprego em operações anfíbias no decurso do exercício XARITOO 2021, mostrando a sua capacidade de transmissão em tempo real de dados em vídeo para o navio-mãe e dando ao comandante operacional uma visão clara da evolução da situação tática costeira.

O navio pode embarcar até 900 militares extra-guarnição por períodos curtos, 400 por períodos prolongados, já incluindo as equipas médicas e de comando inter-ramos/estado-maior.

O navio dispõe de instalações hospitalares com 2 blocos operatórios, sala de tratamento de queimados e 69 camas.

O *Dixmude* é o terceiro PHA da classe Mistral, tendo entrado ao serviço da Marinha Francesa em 2012. Estão aptos para os seguintes tipos de missão: reconhecimento; antecipaço; prevenção; proteção; intervenção; e dissuasão.

Notas

¹ Portugal participa na operação Corymbe desde 2016, com observadores militares e Forças de Fuzileiros a bordo de navios da Marinha Francesa.



REVISTA DA ARMADA

50 ANOS AO SERVIÇO DA MARINHA

Em 1971 a Marinha, que já tinha estendido as suas actividades aos teatros de operações de África, não possuía qualquer publicação oficial tipo revista/jornal. Esta lacuna era minimamente colmatada através de notícias nos “Anais” do Clube Militar-Naval e na “Revista de Marinha”, dirigida pelo jornalista Maurício de Oliveira.

NASCIMENTO

Liderado pelo Comandante Raul de Sousa Machado e pelo Padre João Cabeçadas, Capelão da Escola Naval, surgiu então um Movimento no sentido da criação de um órgão de Comunicação Social da Marinha. O respectivo projecto foi apresentado ao Ministro da Marinha, ALM Manuel Pereira Crespo, merecendo a sua pronta aceitação e total apoio. Assim, pelo Despacho Ministerial n.º 55, de 30 de Abril de 1971, nasce a Revista da Armada.

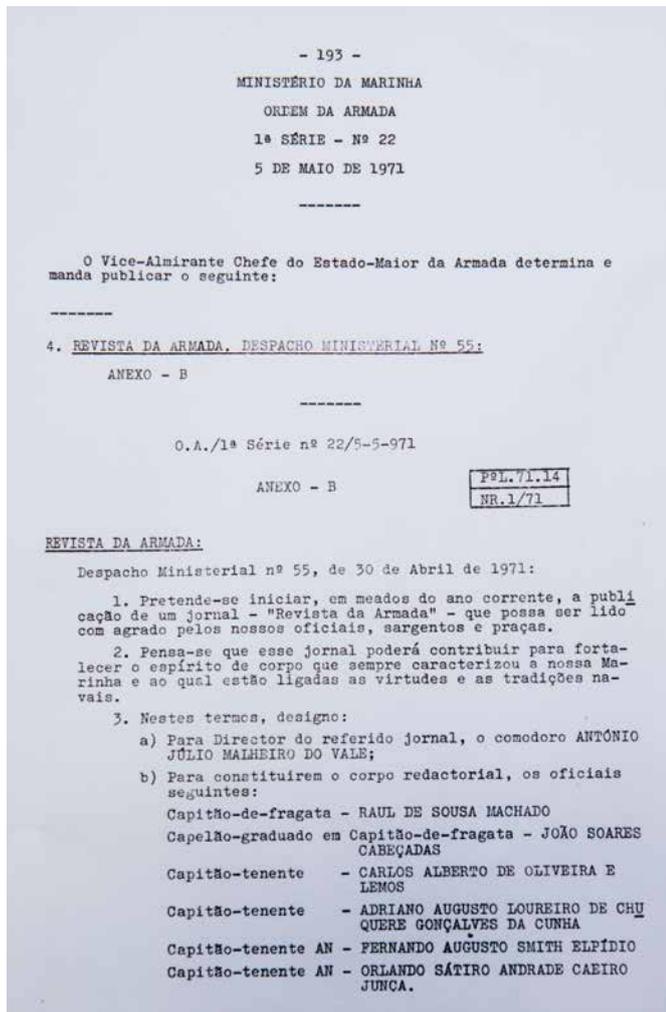
Os dois meses que se seguiram foram de intenso trabalho, com destaque para o estabelecimento de contactos com a empresa gráfica; mas, logo em Julho, conforme pretendido pelo Ministro, era publicado o número 1 da nóvel Revista. De destacar, neste período, a meritória acção do seu primeiro Director, COM Malheiro do Vale, a qual foi decisiva na edificação dos alicerces da nova publicação.

HISTÓRIA

Com o presente número 564, comemoram-se os 50 anos de publicação ininterrupta da nossa Revista da Armada.

Ao longo de cinco décadas muita coisa evoluiu, a todos os níveis, sendo mais notórias as mudanças no aspecto operacional. Das intervenções na Guerra de África, a Marinha passou a participar em missões internacionais de paz e humanitárias. Foram aumentadas ao efectivo novas unidades navais, dotadas de turbinas a gaz, misseis, equipamentos digitais e helicópteros. Outra novidade foi a admissão de pessoal feminino na Marinha. Todos estes factos levaram a uma profunda reestruturação interna nas áreas do pessoal e do material, situações essas que foram objecto de notícia numa Revista igualmente modernizada.

No que se refere a infraestructuras, a Revista ocupou inicialmente um local a nascente da “Caldeirinha”, área onde se situa actualmente o Posto de Venda do Fardamento. O espaço



era exíguo e as condições ambientais pouco satisfatórias; porém só em 1995 se operou a sua transferência para as suas actuais instalações que, entretanto requalificadas, satisfazem as necessidades a longo prazo.

Desde 1971 até à actualidade, a Revista tem melhorado o modelo, principalmente na área do grafismo. No princípio apenas a capa e a contra-capa eram editadas a cores; a partir de Julho de 1992, ao completar 21 anos de existência, modernizou o seu figurino – passou a ser impressa em papel *couché*, a incluir a iconografia a cores nas suas páginas interiores e a inovar o respectivo visual do título da capa.

No que respeita ao conteúdo, sucederam-se as notícias, as reportagens, as entrevistas, as “estórias”, os contos, as crónicas, os passatempos e as caricaturas. A História e a Cultura têm sido prioritárias. De referir as denominadas “rubricas”, subscritas habitualmente pelo mesmo autor, que se referem a assuntos específicos como as Ciências, Artes e Letras, a Terminologia Naval, a Bibliografia, a Reflexão Estratégica, a Marinha no Final da Dinastia de Aviz, a Saúde para Todos, as Histórias da Botica, o Quarto de Folga e as Naus de Pedra em Lisboa. Note-se que alguns dos seus subscritores tornaram-se autores de referência nos temas que têm apresentado.

Em 1982 foram instituídos os prémios “Almirante Manuel Pereira Crespo” e “Comandante Joaquim Costa”, para galardoar anualmente os autores da melhor colaboração e do melhor artigo. Estes prémios, distribuídos próximo do Dia da Marinha, têm constituído um importante incentivo para os colaboradores, elementos essenciais na feitura da Revista.

Acompanhando as novas tecnologias da comunicação que têm possibilitado uma mais rápida ligação entre os intervenientes na publicação da Revista, esta passou a estar na *Internet* a partir de 2001. Foi igualmente elaborado um programa informático com o índice de assuntos, sendo as entradas pelo título do artigo e pelo autor.

COMEMORAÇÕES DE OUTROS ANIVERSÁRIOS

Em 2006, por iniciativa e planeamento do então Director CALM Roque Martins (exerceu esta função durante 15 anos, a mais longa comissão dos 10 directores que a Revista teve até hoje), o 35.º aniversário foi muito dignamente celebrado. No dia 6 de Julho, o CEMA, Almirante Melo Gomes, visitou as instalações da Revista, recentemente requalificadas, descerrando duas placas: uma que identifica a sala “Vice-Almirante Manuel Pereira Crespo” e a outra, o gabinete “Comandante Raul de Sousa Machado”. Seguiu-se a inauguração, na Casa da Balança, da “Exposição Revista da Armada – 35 anos, 400 números”, onde foram apresentadas 12 grandes áreas que se referiam aos vários temas publicados, e junto das quais estavam presentes os respectivos autores.

Na ocasião foi dado conhecimento público que a Revista tinha sido agraciada com a Medalha Naval Vasco da Gama.

MEMÓRIA VIVA

A Revista tem constituído uma importante e actualizada fonte de informação; é igualmente um excelente meio de divulgação dos valores, identidade e memórias da Marinha, não só para aqueles que a servem presentemente, mas também para os que nela prestaram serviço durante uma vida profissional plena ou num curto período, cumprindo o Serviço Militar Obrigatório ou no Regime de Contrato.

Considera-se que a consulta da Revista é imprescindível para todos os que se interessam pela História da Marinha nos últimos

50 anos e para os que se dedicam a trabalhos académicos sobre igual temática.

Finalmente, pode afirmar-se que a Revista da Armada tornou-se uma referência incontornável na Historiografia da Marinha e tem cumprido plenamente o objectivo determinado, há 50 anos, pelo Almirante Manuel Pereira Crespo, um dos mais notáveis oficiais da Marinha do seu tempo: *Contribuir para fortalecer o Espírito de Corpo que sempre caracterizou a nossa Marinha e ao qual estão ligadas as virtudes e as tradições navais.*



José Luís Leiria Pinto
CALM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.



A ESCOLA DA AUTORIDADE MARÍTIMA

A Escola da Autoridade Marítima (EAM) foi criada em 1997, pelo Decreto-lei n.º 264/97, de 18 de setembro e está localizada na Base Naval do Alfeite, no perímetro das instalações da Escola de Tecnologias Navais (ETNA).

ANTECEDENTES



Com a criação da EAM foi extinta a Escola de Faroleiros e o Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia Marítima, absorvendo a novel Escola as respetivas competências. Com base no diploma legal acima referido, foram ainda definidos os contornos da transição da formação no âmbito do salvamento marítimo e do apoio a banhistas para a EAM.

A EAM é uma entidade formadora, que se insere na dependência orgânica e funcional da Direção Geral da Autoridade Marítima (DGAM), e tem como missão principal organizar e ministrar cursos, estágios e outras ações de formação, que habilitem o pessoal afeto aos serviços que integram o Sistema de Autoridade Marítima (SAM) com os conhecimentos técnico-profissionais adequados ao exercício das respetivas funções.

Em 1999, através do Decreto Regulamentar (DR) do Ministério da Defesa Nacional n.º 3/99, de 29 de março, foi aprovado o Estatuto da EAM e posteriormente, em 2006, através de Despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, foi definido o respetivo regulamento interno.

De acordo com o DR, compete à EAM, entre outras atividades, organizar e ministrar cursos e estágios de formação, de aperfeiçoamento, de reciclagem e de especialização, no âmbito do SAM.

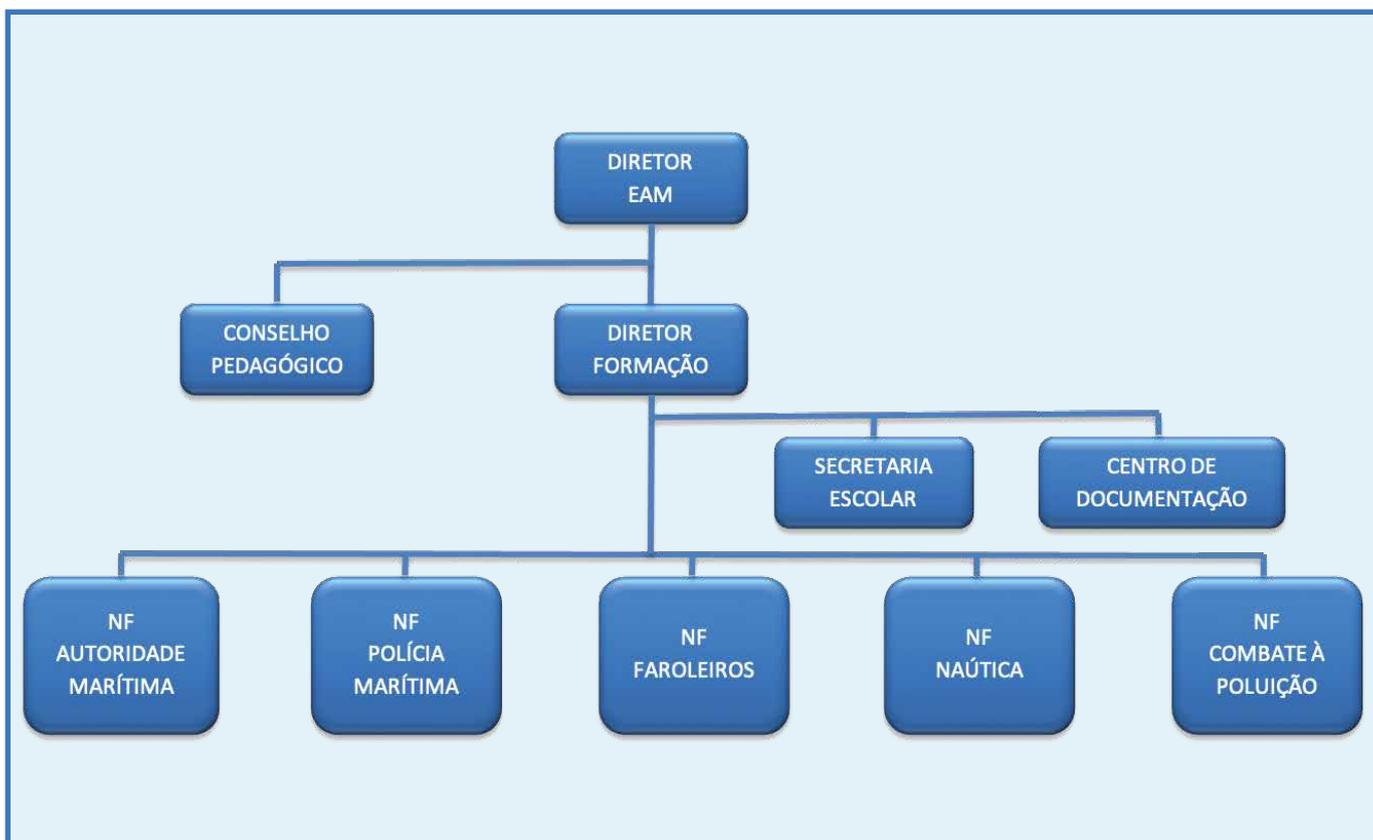
A Escola encontra-se estruturada de acordo com o modelo seguinte:

Possuindo uma estrutura descentralizada, a formação ministrada pela EAM está organizada por Núcleos de Formação (NF), definindo áreas do conhecimento delimitadas, que visam satisfazer necessidades específicas de formação profissional no âmbito do SAM. Por outro lado, dentro de cada núcleo, a formação é ministrada de forma tendencialmente modular, permitindo desta forma a interoperabilidade entre os diferentes NF, quando existam áreas formativas comuns, o que permite obter uma melhor gestão dos recursos que são colocados à disposição da Escola.

Os NF atualmente existentes são os seguintes:

- Núcleo de Formação da Autoridade Marítima (NFAM);
- Núcleo de Formação da Polícia Marítima (NFPM);
- Núcleo de Formação de Faroleiros (NFF);
- Núcleo de Formação de Socorros a Náufragos (NFSN);
- Núcleo de Formação Náutica (NFN);
- Núcleo de Formação de Combate à Poluição (NFPC).

Os NFAM, NFPM, NFF e NFSN encontram-se previstos na legislação de base que cria e define as bases de organização e de funcionamento da Escola; essa legislação também estipula a possibilidade de serem constituídos outros núcleos, para satisfazer necessidades específicas de formação profissional. Daí terem sido criados os NFN e NFPC, em 2016 e 2018, respetivamente.





Núcleo de Formação de Faroleiros

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Em complemento à missão principal já referida, a EAM proporciona igualmente a formação do pessoal em serviço na Autoridade Marítima Nacional (AMN), a qual tem vindo a assumir particular importância e uma relevância crescente, enquanto fator fundamental para garantir uma adequada especialização profissional e uma permanente atualização perante novas realidades. A formação ministrada nos diversos núcleos e áreas específicas, visa, entre outros aspetos, assegurar uma adequada progressão na carreira, bem como garantir um elevado nível de qualidade nos serviços que são prestados ao público.

Considerando o extenso leque de atribuições da AMN, a complexidade e vastidão temática das suas áreas de responsabilidade e intervenção, nas quais se incluem, entre outras, a segurança marítima, a salvaguarda da vida humana no mar, o assinalamento marítimo, a vigilância da área correspondente ao Domínio Público Marítimo (DPM), as atividades de policiamento, e ainda o socorro a naufragos e a assistência aos banhistas nas praias, justificam, a existência de uma Escola que coordene, promova e execute toda a formação necessária para responder a esta multiplicidade de desafios. Neste contexto, a oferta formativa da EAM é planeada e ministrada através dos seis NF constituídos.

Ao longo dos últimos anos a Escola tem vindo a aumentar a sua oferta formativa, tendo ainda recorrido à formação à distância, sempre que exequível, para minimizar os efeitos da situação pandémica. Embora ligeiramente afetada em 2020, a atividade formativa envolveu um total de 561 formandos, distribuídos da seguinte forma:

NÚCLEOS	NFAM	NFPM	NFSN	NFN	NFCP
FORMANDOS	168	34	253	84	22

Acresce ainda a formação, ministrada pelo NFSN, a 216 formandos no âmbito do Suporte Básico de Vida e Enquadramento Legal de Assistência a Banhistas, destinada ao pessoal empenhado na vigilância apeada nas praias e no aprontamento operacional de pessoal da PM. Com esta atividade de formação, dada de forma supletiva ao leque de cursos ministrados da EAM, o ano de 2020 abrangeu um total de 777 formandos.

Durante o corrente ano tem sido desenvolvida a oferta formativa planeada, com os devidos ajustes às restrições impostas pelas medidas decorrentes dos Estados de Emergência, especialmente durante o primeiro quadrimestre de 2021. Decorrem atualmente diversas ações de formação, com destaque para o 36.º Curso de Formação de Agentes da Polícia Marítima, o Curso de Aperfeiçoamento em Autoridade Marítima, o Curso Complementar de Faroleiros e diversos outros cursos, quer no âmbito do salvamento marítimo, quer no da condução de meios náuticos.



Núcleo de Formação de Combate à Poluição

COOPERAÇÃO EXTERNA

No plano externo da AMN, evidenciam-se alguns exemplos recentes da atividade que tem vindo a ser desenvolvida, quer a nível internacional, quer com instituições nacionais, tendo por objetivo o intercâmbio de conhecimentos e a partilha de experiências.

A EAM, através do NFN, participou, em 2020, num programa de intercâmbio no âmbito do *European Coast Guard Functions Network Academy*, tendo sido ministrada formação em técnicas de sobrevivência no mar, em motos de água e em embarcações de alta velocidade, a elementos da Guarda Civil e das Alfandegas de Espanha e a um elemento da Guarda Costeira finlandesa.

Mais recentemente, e no âmbito do relacionamento institucional entre a AMN e a Polícia de Segurança Pública (PSP), decorreu nas instalações da Direção de Faróis, em Paço de Arcos, a 2.ª edição do Curso de Aperfeiçoamento no Governo de Embarcações; o curso contou com a participação de 12 formandos da Unidade Especial de Polícia da PSP.

DESAFIOS FUTUROS

Num contexto que se antevê de permanente adaptação a novas realidades, a EAM irá continuar a apostar na qualidade do modelo de ensino em vigor, o qual tem uma capacidade intrínseca de adaptação a novos princípios e a métodos pedagógicos e científicos inovadores. No atual contexto de incerteza e de risco acrescido que temos vindo a atravessar, a Escola irá também manter e desenvolver o modelo de formação à distância que se tem revelado uma excelente ferramenta de apoio à formação e a novos desafios, e continuará a garantir a disponibilidade e qualidade dos seus formadores.

Estes aspetos contribuirão certamente para a promoção da acreditação da formação, enquanto vetor essencial para assegurar a sua credibilidade e reconhecimento.



Colaboração da DGAM



Núcleo de Formação Náutica



O ATLAS FEITO PARA TENTAR CONTRARIAR A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES CONCLUSÃO¹

O célebre mapamundo de Fra Mauro de c.1448-1459, outrora encomendado para Portugal pelo Regente Infante D. Pedro de Coimbra, e com base no qual o seu neto Rei D. João II veio depois a conceptualizar e operacionalizar o "Plano da Índia" dos Descobrimentos Portugueses (aqui, com o Norte no topo) (Biblioteca Nazionale Marciana, Veneza); e o mapamundo "neoptolomaico" do "Atlas Miller" de 1519-1522 (BnF)

O incompreensível e paradoxal "neoptolomismo" que os Portugueses, no tempo do Rei D. Manuel, nas duas primeiras décadas do século XVI, divulgaram ostensivamente para o público exterior, e assim tentaram luxuosamente massificar — através do "Atlas Miller" (e da iluminura semelhante, também de António de Holanda, na Crónica de Duarte Galvão), através do "De Situ Orbis" de Duarte Pacheco Pereira, etc. — ao mesmo tempo que, internamente, na sua própria cartografia náutica portuguesa, estavam a fazer cartas-portulano da África e do Oriente cada vez mais exactas e menos ptolomaicas (!), como as dos Reinéis (!), só pode ter sido (e, na opinião do signatário destas linhas, expressa desde 2005-2006 em Coimbra e Barcelona, foi, efectivamente) um logro geográfico e geopolítico... Uma manobra de contra-informação levada a cabo para tentar ludibriar os seus estimados vizinhos, irmãos rivais, e cordiais competidores... os Castelhanos (que, ao longo das últimas décadas, desde o tempo em que haviam tido ao seu serviço o genovês Colombo, estavam a tentar chegar ao Oriente através do Ocidente).

A "YMAGO MUNDI" PLANETÁRIA, E OS PORTUGUESES

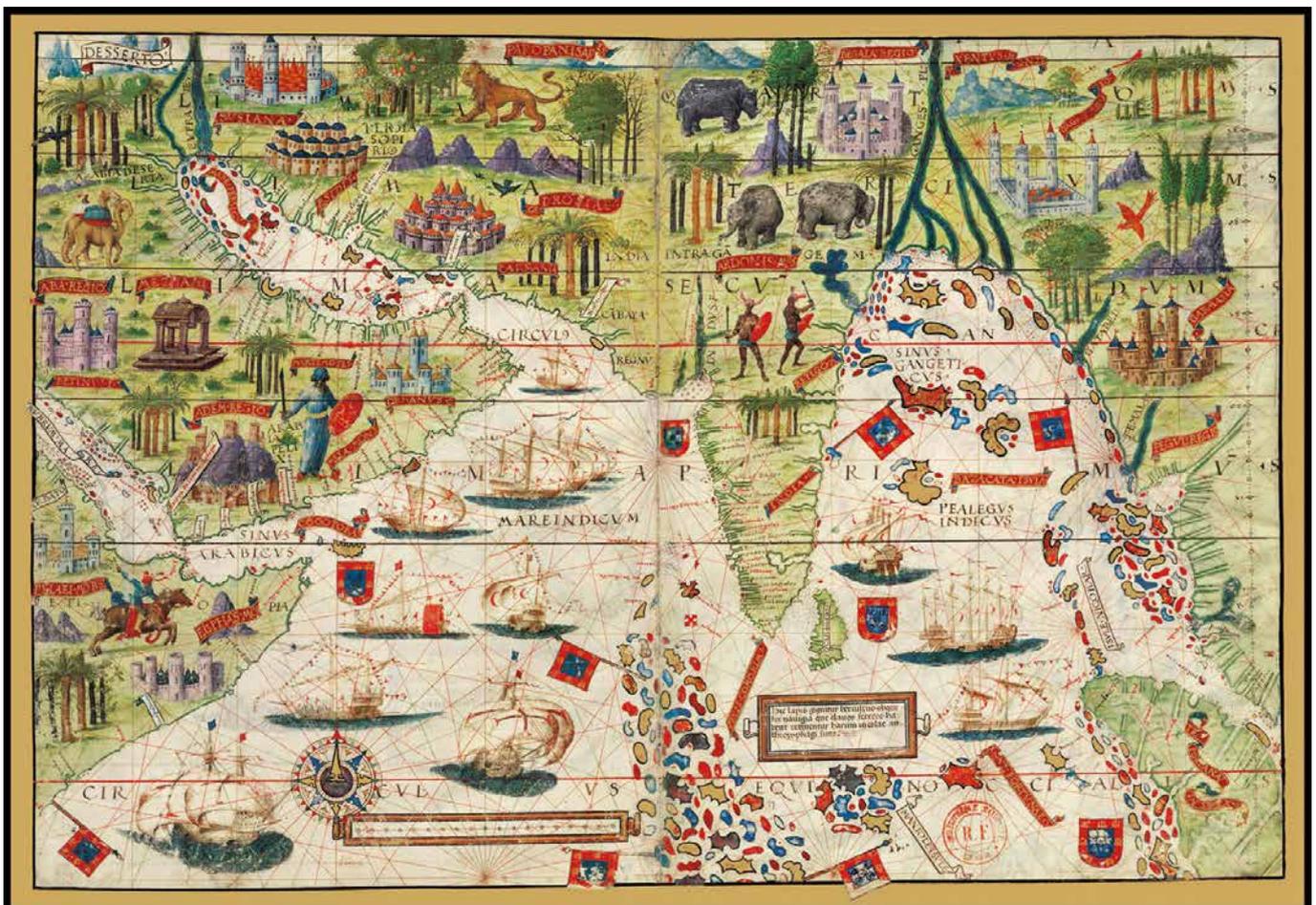
Faça-se um parêntesis para repetir o que ficou escrito, desde 2005-2006, quanto à visão planetária do "Atlas Miller". A aparente inversão de sentido da "doutrina" (ao menos oficial) portuguesa, em 1519, é curiosíssima. Pois, "tal como o mapa de Fra Mauro (criado c.1448-1459, e usado em 1474-1497) havia sido um manifesto de propaganda da ideia da circumnavegabilidade

da África, para uso interno, por ordem do 'Príncipe Perfeito' Rei Dom João II (e, com ele, os Portugueses efectivamente circum-navegaram a África...), o 'Atlas Miller' de c.1519-1522 veio a ser um manifesto de propaganda da ideia da não-circumnavegabilidade da Terra, para uso interno e externo, por ordem do 'Venturoso' Rei Dom Manuel (e, com ele, os Portugueses tentaram convencer os Castelhanos a não a circumnavegarem...!). (...) **Através deste instrumento de contra-informação que é o 'Atlas Miller', os Portugueses tentaram fazer crer duas coisas aos seus estimados**

vizinhos, irmãos rivais, e cordiais competidores (os Castelhanos). Em primeiro lugar, tentaram fazer-lhes crer que a chegada ao Oriente (à Índia, a Malaca, à terra dos Chins, ao Japão ou às Molucas), que eles continuavam a tentar realizar pela sua rota do Ocidente, cada vez com mais insistência e com mais teimosia (e já utilizando navegadores portugueses, como João Dias de Solis em 1508-1509 no Golfo do México e em 1515-1516 no Rio da Prata), não somente era muito difícil (o que, desde o tempo de Colombo, eles já vinham dando conta...) mas era mesmo mais do que isso... Era, pura e simplesmente, impossível...! Porque o Novo Mundo era continental... Porque, no planeta, a terra era grande de mais (e contínua), e os mares eram pequenos de mais (e fechados). Havia sete vezes mais terra do que água... — como diziam o profeta Esdras e o bispo Jacob Perez de Valência... (e repetia o Duarte Pacheco Pereira português...) — e portanto não havia maneira de se poder navegar do Ocidente para o Oriente pelo outro lado do mundo... Em segundo lugar, os Portugueses tentaram fazer crer aos seus estimados vizinhos que o caminho para a Índia pela 'Rota do Cabo', a rota portuguesa de África (Sudeste), diplomaticamente salvaguardada pelo acordo luso-castelhano previamente conseguido em 1494 pelo Rei Dom João II em Tordesilhas (e portanto uma rota não contestável, nem contestada, pelos vizinhos Castelhanos), era um caminho facilimo... Era curtissimo... era pequenino... (pois a própria África era pequenina...!), e a Índia estava logo ali ao virar da esquina do Cabo da Boa Esperança...! O assunto estava, portanto, resolvido. A Índia estava em boas mãos. Era portanto melhor que Carlos V e os Castelhanos desistissem... Era melhor continuarem a casar as suas Princesas, umas a seguir às outras, com o velho 'Rei da Pimenta' de Portugal... o dono da 'Rota do Cabo'... (...).

Depois de muitas polémicas e de rios de tinta sobre estas matérias, mesmo os maiores especialistas do passado, como Armand Cortesão ou Giuseppe Caraci, sempre tiveram dificuldade em compreender e explicar a maneira tão estranha e tão surpreendente como nesta obra-prima geográfica datada de 1519 conseguem coexistir, lado a lado, como se nisso não houvesse qualquer contradição, um curioso e estranhíssimo mapamundo (de influência ptolomaica...), que serve de frontispício, e uma série de cartas regionais que, nos seus aspectos geográficos, são simplesmente típicas cartas-portulano à maneira de Pedro Reinel. E, depois, a *posteriori*, tais cartas-portulano e tal mapamundo "neo-ptolomizante" passaram por uma estranhíssima intervenção, uma invulgaríssima intervenção cosmética (!)... quando alguém cobriu os seus espaços vazios, nos interiores das terras, dos mares, etc., com deslumbrantes e lindíssimas iluminuras à maneira flamenga... **Por isso a paradoxal, estranhíssima e deslumbrante invulgaridade do "Atlas Miller".** Tecnicamente, é a culminação do braço-de-ferro e do enfrentamento — do confronto e do compromisso... — entre a cartografia empírica e náutica das cartas-portulano *versus* as concepções teóricas e culturais do ptolomismo. E, ainda por cima, artisticamente, está decorado como um Livro de Horas iluminado...!

Porquê, num atlas com cartas-portulano regionais tão perfeitas e actualizadas no Atlântico e no Índico (saídas da mão de cartógrafos profissionais), um mapamundo globalmente tão grosseiro e canhestro (obra de ilustrador, e não de cartógrafos...), com essa concepção estranha de uma continentalidade contínua do Novo Mundo e da inventada Terra Austral... e um Extremo Oriente totalmente fantástico, falso e mentiroso (e fechado!)... e as Ilhas das Especiarias (as Molucas) bem aferrolhadas, por miríades de



A bellissima carta-portulano regional da Índia e Oceano Índico no "Atlas Miller", certamente devida sobretudo aos dois cartógrafos Reinéis, e depois decorada com luxuosas iluminuras de António de Holanda (BnF)

ilhas, e de recifes, contra quem quer que para elas pudesse tentar navegar (sobretudo navegar de Leste para Oeste...)?

Como já dissemos, o **"segredo" do "Atlas Miller" — que o tornou tão invulgar e enigmático — é tentar contrariar e impedir o projecto que, exactamente ao mesmo tempo, estava a ser preparado por Fernão de Magalhães**: "Esta é a teoria do autor destas linhas (...) este atlas foi feito para o olhar dos círculos cortesãos castelhanos (ou talvez seja melhor dizer 'para o olhar de determinados círculos cortesãos luso-castelhanos particularmente permeáveis à circulação de informação para os círculos cortesãos castelhanos'...").

Tinham, portanto, alguma razão os historiadores da Cartografia que, como o italiano Giuseppe Caraci, antigamente, apontaram a grosseira estranheza do "falso" mapamundo do "Atlas Miller". Em certo sentido, ele é, de facto, "falso"... (apesar de ser verdadeiro...). Mas ainda mais razão tinham os historiadores que, como o francês Marcel Destombes e o português Armando Cortesão, defenderam ou aceitaram que ele é mesmo verdadeiro, e é coevo, e esteve outrora integrado no mesmo códice com as cartas regionais, e foi feito pelos mesmos autores que estiveram ligados à feitura e decoração dessas cartas-portulano regionais... Todos tinham razão, à sua maneira (porque todos tinham **uma parte da razão**). E essa razão foi-lhes reconhecida, em 2005-2006, pelo autor destas linhas, nos seus estudos, publicados em Barcelona por Manuel Moleiro, para resolver a questão.

O "Atlas Miller", no seu todo — não somente o seu grosseiro mapamundo "neo-ptolomaico" (datado e assinado por Lopo Homem em 1519, e saído sobretudo da mão de António de Holanda) —, incluindo-se nesse todo também as suas cartas-portulano regionais (saídas sobretudo das mãos competentes dos dois Reinéis), é globalmente datável de 1519-c.1522 (datação que já havia sido aceite por Armando Cortesão nos *Portugaliae Monumenta Cartographica* em 1960, e foi aceite pelo signatário no estudo definitivo publicado por Moleiro Editor em 2006).

O EXCEPCIONAL VALOR ARTÍSTICO DO "ATLAS MILLER"

Quanto ao seu excepcional valor artístico, o "Atlas Miller" é uma obra de luxo invulgar e até então nunca vista, e, para futuro, dificilmente igualada, ou igualável (é uma espécie de "Capela Sistina" da cartografia iluminada...), porque é um atlas náutico que tenta parecer-se com um Livro de Horas iluminado à maneira flamenga...! A razão disso (embora, até 1993-1994, ainda ninguém a tivesse podido compreender) é, de facto, muito simples. E tem um nome: António de Holanda. As suas páginas foram decoradas por esse miniaturista flamengo vindo para Portugal, e repletas de iluminuras à maneira flamenga, por ordem do Rei Manuel (o "Rei da Pimenta", do Portugal exótico e cosmopolita de então), e esse trabalho foi entregue a esse novo funcionário heráldico régio ("*passavante*", desde o ano anterior, 1518, e, mais tarde, "*rei-de-armas e escrivão da nobreza*", em 1536), o qual havia sido recentemente trazido do Norte da Europa. Um trabalho em parceria com a equipa dos cartógrafos profissionais portugueses que trabalhavam para o Rei em Lisboa, entre os quais se incluía o jovem cartógrafo fidalgo Lopo Homem (que, então, se ligou a António de Holanda por laços familiares), e os dois "*negros*" Pedro e Jorge Reinel (julga o signatário que, sobretudo, o pai, Pedro Reinel... pois era ele o verdadeiro especialista cartográfico, que já havia servido o Rei português anterior, o "Príncipe Perfeito" João II).

Uma compósita, e diversificada, equipa multidisciplinar.

Em conclusão: um atlas decorado à maneira flamenga, e por um flamengo, e para ser entregue nas mãos do tipo de pessoa que era

a destinatária mais habitual dos Livros de Horas flamengos: uma Princesa flamenga. Como já disse, nem mais nem menos do que a irmã do Imperador Carlos V chamada Leonor, a Princesa que estava destinada para ser noiva do Príncipe herdeiro de Portugal (o futuro "Pio" João III) mas que, em vez disso, o "Venturoso" Manuel em 1518 veio a querer para si próprio — tirando-a ao filho... —, e com a qual veio a ser casado durante uma lua-de-mel de cerca de três anos, para logo a deixar viúva em 1521.

O próprio facto de o "Atlas Miller", entre 1519 e c.1522, ter ficado sem ser terminado (com as páginas vinte e vinte e um inacabadas) é a prova absoluta de que não foi usado pelo Rei D. Manuel para ser enviado para o estrangeiro como prenda de estado para qualquer dignitário europeu. Não parecem por isso ser críveis, ou sequer possíveis, as outras hipóteses que até hoje foram defendidas para a identificação de quem seria o destinatário, quer a hipótese do Rei de França Francisco I (defendida por Armando Cortesão em 1960), quer a do Papa Leão X (defendida por Luís Filipe Thomaz em 2006). Na tese do signatário (2005-2006), tal obra luxuosa, iniciada e datada em 1519, foi simplesmente destinada à jovem esposa (e, sobretudo, aos seus círculos cortesãos...), a irmã de Carlos, o soberano vizinho que então andava por Valladolid, etc., e que desde o ano anterior (1518) tinha ao seu serviço, em Sevilha, o português competente e maltratado Fernão de Magalhães... O português que, na companhia de outras dezenas de portugueses, se exilara e se preparava para a viagem ao serviço dos Castelhanos... os estimados vizinhos, irmãos rivais, e cordiais competidores...

Segundo esta tese, dessa vez, **a Cartografia** (a "Ciência dos Príncipes"...) destinou-se a uma Princesa! "*Cherchez la femme*"... Como dizem os Franceses (e disse em 2005-2006, e continua a repetir, hoje, o autor destas linhas)...

A jovem Leonor viúva do Rei Manuel (saída de Portugal em 1523) foi depois casada pelo seu irmão Carlos V, em 1530, com o Rei Francisco I de França (aprisionado em 1525 na batalha de Pavia, mas, depois disso, com grande galhardia, casado com a própria irmã do vencedor...). E por isso o seu belo e exótico atlas iluminado de 1519-1522, por ela levado de Portugal, poderá ter aparecido em França integrado nos bens das Rainhas francesas, no Hôtel de la Reine (onde, depois de 1559, a Rainha Catarina de Medicis, ela própria uma apreciadora da Cartografia "Ciência dos Príncipes", lhe mandou pintar no frontispício as suas próprias armas, mas claramente acrescentadas, e não fazendo parte da obra original).

Mas em 1519 não se tratou só de diletantismo ou de amor! Este atlas estranho e luxuoso, destinado ao olhar do Imperador Carlos V e dos Castelhanos, é, na verdade, um logro geográfico... E, provavelmente, inclui mesmo uma armadilha náutica mortal... destinada a fazer com que os que nela caíssem (aqueles outros que, como os Franceses, ao contrário dos Castelhanos, não respeitavam o Tratado de Tordesilhas... e teimassem em se intrometer em querer navegar mesmo, eles próprios, para o Atlântico Sul e a "Rota do Cabo" portuguesa), devido aos condicionalismos físicos da navegação à vela no Atlântico Sul, fossem perder-se nos litorais namibianos da "Skeleton Coast", no Sudoeste Africano.

A REALIDADE É SEMPRE MAIS INCRÍVEL DO QUE A FICÇÃO: JOGOS DE DIPLOMACIA E DE ESPIONAGEM

Repetimos: o "Atlas Miller" foi feito contra a viagem de Fernão de Magalhães, e a viagem de Fernão de Magalhães foi feita contra o "Atlas Miller", mas aquilo que é o mais extraordinariamente surpreendente — verdadeiramente, espantoso! — é o facto de



Retrato de D. Leonor, irmã do Imperador Carlos V, terceira mulher, em 1518, do Rei D. Manuel (sobrinha das duas falecidas mulheres anteriores), e mais tarde Rainha de França, num quadro a óleo de Joss Van Cleve (Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa)

que, comprovadamente, durante vários meses de 1519, em ambos esses projectos (quer na feitura do "Atlas Miller" em Lisboa... quer na preparação da viagem de Magalhães em Sevilha...), deslocando-se entre um e o outro lado da fronteira, participaram **os mesmos cartógrafos (!)... Pedro Reinel e o seu filho Jorge Reinel.** A realidade, quando analisada de um ponto de vista histórico, científico e crítico, é sempre ainda mais incrível do que a ficção (e por isso fazem mal, e sabem pouco de História, aqueles que andam sempre a procurar deliberadamente inventar "enigmas", "mistérios", e "agentes secretos", até onde provavelmente os não haja... pois eles às vezes existem mesmo, e também existem casos estranhíssimos e quase incríveis, e até nas situações de maior normalidade, quanto mais nos meios especializados da informação e da contra-informação, da espionagem e da geopolítica...).

O filho, jovem, havia-se deixado aliciar, tal como Diogo Ribeiro (Diego Ribero), e outros, para ir para o lado de lá da fronteira, para Sevilha, e aí colaborar na preparação da expedição de Magalhães e Faleiro. Mas, quando o pai o foi lá buscar, em Junho ou Julho de 1519 (provavelmente, por incumbência das autoridades portuguesas), para o trazer outra vez para o seu país, ele próprio, antes de regressar e trazer consigo o filho, também desenhou ou completou lá alguma carta náutica das que estavam a ser preparadas para a expedição castelhana...!

Não há dúvida de que a Cartografia — então (como sempre...) — era especialmente apreciada, útil e necessária, para os serviços de política, diplomacia, informação e inteligência. E os cartógrafos, de dia e de noite (e, às vezes, fazendo de noite o contrário do que faziam de dia...?), eram procurados, aliciados e requestados por todas as partes. Eram agentes valiosíssimos, e como tal tratados.

Esses dois, Pedro e Jorge Reinel, que voltaram para Portugal, eram muito competentes no seu ofício. Como muito competente era também o Diogo Ribeiro (Diego Ribero) que, depois da preparação da viagem de Magalhães, preferiu ficar para sempre lá em Castela ao serviço da Coroa castelhana; e veio a ser lá o melhor cartógrafo "castelhano", na Casa da Contratación de Sevilha, em A Coruña, etc..

Segundo o cônsul e feitor comercial (e espião) português em Sevilha, numa sua mensagem enviada para Lisboa e datada de 18 de Julho de 1519, havia sido o também português Diego Ribeiro que havia feito as cartas que iriam ser usadas para a expedição de Magalhães, e fê-las copiando um padrão feito pelo "*filho de Reynell*" (e que o próprio pai, quando foi buscar o filho, completou).

E a mesma coisa — uma nova tentativa de aliciamento para que esses dois cartógrafos portugueses, pai e filho, se passassem para o serviço castelhano...! — veio a acontecer cinco anos depois (já após o regresso da expedição de Magalhães-Elcano), em 1524, durante as negociações diplomáticas internacionais da Junta que esteve reunida entre Badajoz e Elvas. Também existe prova documental, desde há muito conhecida, dessa segunda tentativa de recrutamento, a qual só não teve êxito porque, então, uma vez mais, o cartógrafo Pedro Reinel preferiu denunciá-la às autoridades portuguesas, e manter-se, com o seu filho, no serviço de Portugal.

Esses dois homens, Pedro e Jorge Reinel, foram os dois melhores cartógrafos do seu tempo. E foi com base nos seus conhecimentos que foi preparada em Sevilha, para a Coroa de Castela, a primeira circum-navegação do planeta Terra. E, mais ou menos ao mesmo tempo, nesse tão extraordinário ano de 1519, foi também com base nos seus conhecimentos geográficos que foi desenhado em Lisboa, para a Coroa de Portugal, o "Atlas Miller"... o impressionantíssimo atlas que, então, paradoxalmente, foi produzido precisamente para tentar contrariar essa mesma circum-navegação do planeta Terra...! O atlas considerado o mais célebre da História e da Cartografia dos Descobrimentos Geográficos Europeus.

Um trabalho assim, em que se deram as mãos a melhor ciência então possível e a melhor arte então disponível, a curiosidade e a beleza, o rigor e o exotismo (e alguma ardilosa artimanha...), na representação de novas terras extraeuropeias, só poderia então ter sido feito num país como Portugal. Um país em que coexistiam então portugueses luso-flamengos e portugueses luso-africanos... Um país em que pôde, nesse momento, acontecer uma situação tão incrível e tão extraordinária como essa... encontrar-se, numa invulgar parceria, cruzando as suas mãos para a criação de uma fascinante obra-prima, **três homens... um cartógrafo negro, um fidalgo ibérico, e um pintor flamengo...** Pedro Reinel, Lopo Homem, e António de Holanda...

Repetimos: extraordinária situação. Extraordinária obra.



Alfredo Pinheiro Marques

Centro de Estudos do Mar e das Navegações
Luís de Albuquerque — CEMAR (Figueira da Foz)

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Notas

¹ Artigo constituído por 3 partes, baseado nos estudos do autor incluídos em MARQUES, Alfredo Pinheiro, e THOMAZ, Luís Filipe, Atlas Miller, com introdução por Manuel Moleiro, e prefácio por Joaquim Ferreira do Amaral, Barcelona: M. Moleiro Editor, 2006.

GUERRA NO PACÍFICO

MIDWAY – A DECISÃO PARA DEFENDER



Vista aérea do atol de Midway – foto tirada a 24 de novembro de 1941

O PAPEL DA INTELLIGENCE

A organização da *Intelligence* nas Forças Armadas americanas, em particular na Marinha, sofreu uma transformação radical depois do ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, devido principalmente ao grande falhanço na previsão do local e data desse primeiro ataque do Japão. Uma das alterações efetuadas foi o estabelecimento, no Havai, de uma unidade de recolha e análise de informações de comunicações (COMINT). A chefia desta unidade foi entregue ao CFR Joseph Rochefort, um especialista em criptoanálise, que, com a sua equipa, conseguiu, a partir de março de 1942, decifrar parte das mensagens trocadas entre os comandos da Marinha Imperial Japonesa.

Mesmo dispondo numa equipa pequena e de poucos recursos, Rochefort obteve informações que foram de grande importância para a definição da estratégia que Nimitz pôs em prática para enfrentar as, numericamente superiores, forças de Yamamoto. Nimitz diria mais tarde que “durante alguns meses após o início da guerra com o Japão, o destino da nação esteve nas mãos de um pequeno e dedicado grupo de homens instalados na cave de um edifício administrativo em Pearl Harbor.”

Depois do bombardeamento, a 18 de abril, pela esquadrilha aérea sob o comando de Doolittle, de Tóquio e de outras cidades, os japoneses aumentaram de forma muito significativa o tráfego de comunicações, o que facilitou o trabalho de análise criptográfica. Por outro lado, o trabalho exaustivo de Rochefort e da sua equipa já tinha provado o seu acerto com as informações obtidas, umas semanas antes, sobre o ataque a Port Moresby e Tulagui.

OS POSSÍVEIS NOVOS ALVOS JAPONESES

Não obstante, a aceitação e credibilidade desta informação não foi pacífica, dando mesmo origem a um grande debate no seio do Estado-Maior de Nimitz. Também a nível superior, em Washington, a evolução da situação levou os analistas a acreditar que aquela informação fazia parte de uma operação de deceção; o verdadeiro objetivo de Yamamoto seriam as fábricas de aviões no sul da Califórnia ou, possivelmente, um ataque ao canal do Panamá. O GEN George Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército, por exemplo, estava convencido de que o ataque seria algures na costa oeste dos EUA. Havia ainda quem acreditasse que o ataque seria novamente ao Havai.

Por outro lado, no caso de se confirmar que o ataque seria a Midway, alguns oficiais do Estado-Maior de Nimitz aconselhavam-no a não empreender qualquer ação defensiva, preservando assim de riscos elevados os poucos porta-aviões restantes. Argumentavam que a ocupação de Midway pelos japoneses não seria duradoura, uma vez que enfrentariam problemas logísticos agravados por um eventual bloqueio naval, que os levaria a abandonar o atol mais tarde ou mais cedo.

Uma mensagem japonesa de 29 de abril, referindo-se à “próxima campanha”, usou as palavras “koryaku butai” (força de invasão) dirigida a um destino codificado como “AF”. Embora não tivesse a certeza definitiva do que significava “AF”, Rochefort percebeu, porém, que estava iminente uma operação de grande envergadura, e informou Nimitz da elevada probabilidade de “AF” significar Midway.

“LES JEUX SONT FAITS”

Como confirmar que “AF” era Midway? Sabendo que, para suprir as necessidades de água, Midway dependia de um dessalinizador, Rochefort propôs e Nimitz autorizou o envio, através do cabo submarino que ligava o Havai a Midway, de uma ordem instruindo o comando em Midway a enviar uma mensagem por rádio, num baixo grau de cifra, informando que, devido a uma avaria no dessalinizador, era urgente o envio de um navio tanque com água doce. Os Japoneses mordeceram o isco. Dois dias depois, uma mensagem do alto comando japonês informava todos os comandos envolvidos na operação, que “AF” estava com problemas no abastecimento de água. Nimitz ficou convencido. Estava nas suas mãos decidir defender, ou não, Midway.

Depois de uma análise ponderada, Nimitz concluiu que deixar cair Midway teria efeitos desastrosos. Se os japoneses capturassem o pequeno atol, rapidamente poderiam utilizar bombardeiros de longo alcance para atacar o Havai, o que implicaria a deslocação da esquadra americana para a costa oeste, deixando todo o Pacífico Central à mercê da esquadra japonesa. A 2 de maio Nimitz desloca-se a Midway para se certificar de que a defesa era viável. O que viu, reforçou-lhe a convicção de que a decisão correta era defender. Quando regressou a Pearl Harbor, ordenou o reforço de Midway com mais militares, mais aviões, mais lanchas torpedeiras e mais peças de artilharia.





ACADEMIA DE MARINHA

"DE GÉNOVA A SETÚBAL - MAR E FESTAS NO CASAMENTO DE D. ANA DÓRIA COM D. JORGE DE LENCASTRE"

Ultrapassados os momentos difíceis que o início do ano de 2021 nos trouxe, voltou-se à normalidade possível, às habituais sessões culturais, que todas as terças-feiras, ordinariamente ocorrem no auditório da Academia de Marinha, nunca esquecendo o contexto de pandemia em que vivemos, mas ao mesmo tempo não deixando que ele nos aprisione.

Ao fim de três meses de hiato, a Academia retomou a sua missão de promover, desenvolver e divulgar o conhecimento respeitante ao mar e às atividades marítimas, com uma adesão muito significativa, já que não faltaram à chamada um considerável número de académicos e de habituais frequentadores, verdadeiros amantes das temáticas ligadas ao mar.

SESSÃO CULTURAL DE REINÍCIO DE ATIVIDADES

Assim a 20 de abril, decorreu no auditório uma sessão cultural intitulada "**De Génova a Setúbal - Mar e Festas no Casamento de D. Ana Dória com D. Jorge de Lencastre**", apresentada pela Doutora Maria João Pereira Coutinho, investigadora do Instituto de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A apresentação focou «*uma viagem entre a República Genovesa e Setúbal, terra do Sal, que teve por objetivo a entrega da mão de D. Ana Dória, filha de André Dória, Príncipe de Melfi, e de D. Joana Colona, a D. Jorge de Lencastre (1594-1632), filho de D. Álvaro (1540-1626) e de D. Juliana de Lencastre (1560-1636), Duques de Aveiro*». A análise deste casamento foi feita a partir de três "eixos":

Em primeiro lugar, as «Festas no Mar» — uma pequena análise a anteriores entradas marítimas, como parte de cerimónias nupciais, como introito aos esponsais de D.^a Ana com D. Jorge, desde a sua preparação até à viagem entre Génova e Setúbal.

Depois as «Festas na Terra», em particular o impacto que as celebrações e a sua preparação tiveram na vila de Setúbal (enquanto «Terra do Sal» e porto marítimo-fluvial) — alvo de um programa de embelezamento, particularmente da sua fachada ribeirinha.

Finalmente, as descrições feitas deste evento, particularmente por João Baptista Lavanha, Cronista do Reino e Mestre do Príncipe, correlacionando-o outras políticas de enlace no período da União Ibérica.

Pelos dados da conferencista, a cerimónia fortaleceu o governo hispano-português relativamente ao conhecimento das práticas cerimoniais áulicas da primeira metade de Seiscentos, em Portugal. A importância dada ao mar e ao rio, relativamente à chegada, traduziu-se na «*tentativa de transformação do "fácies" ribeirinho de Setúbal, por forma a melhor se adequar ao supramencionado evento*». Esta "operação cosmética", visando o embelezamento da então vila, foi concretizada graças ao financiamento da Companhia de Jesus.

Há muito tempo que a vila esperava a vinda do monarca reinante; este casamento com o Mar como palco e com os membros da Companhia de Jesus como atores, poderá ter sido um ensaio para a crónica redigida por ocasião da visita de Filipe III a Portugal em 1619.



Fotos CMOR A Paulo Dias





ACADEMIA DE MARINHA

"ESTRADAS INTELIGENTES: EXPETATIVAS E DESAFIOS DA MOBILIDADE NO FUTURO"

Apesar de estar vocacionada para a promoção, desenvolvimento e divulgação do conhecimento respeitante ao mar e às atividades marítimas, a Academia de Marinha é também um espaço aberto aos seus Académicos e aos temas que estes tenham como de especial interesse divulgar entre a comunidade académica.

VIAS E VEÍCULOS TERRESTRES

Foi dentro deste quadro que, em 22 de abril, teve lugar uma comunicação dedicada ao tema **"Estradas inteligentes: expetativas e desafios da mobilidade no futuro"**, em que foi orador o Professor Engenheiro Armando Teles Fortes, atual Presidente da Associação de Oficiais da Reserva Naval (AORN), Consultor da Clínica de Engenharia Civil e Especialista em transportes e vias de Comunicação da Ordem dos Engenheiros.

As Estradas são infraestruturas que apresentam grande diversidade e, por vezes, elevada complexidade. Desenvolvem-se ao longo do território e proporcionam o contacto entre diferentes comunidades e nacionalidades. Permitem a circulação de veículos muito variados: pesados e ligeiros, de mercadorias ou de passageiros, motociclos e bicicletas, entre outros. Têm ainda a característica de atravessarem gerações, porque a sua vida útil pode ser quase indefinidamente prolongada por obras de conservação, alargamento e reabilitação.

Para o orador, a era da globalização trouxe novas oportunidades e desafios à Humanidade. As novas tecnologias possibilitaram que todos os seres humanos se conectassem em rede, e isso, duma maneira ou doutra, levou ao desenvolvimento das vias de comunicação terrestres, a uma rápida evolução nos veículos e a maiores autonomias, ou seja, operou uma revolução da mobilidade rodoviária.

O conceito de estrada inteligente tem a sua origem na década de 80 do século passado; a estrada seria dotada de diversos equipamentos que permitissem a condução autónoma dos veículos. A estrada teria total controlo sobre os veículos que nela circulassem.

Contudo esta definição não prosperou. A competição entre fabricantes de veículos fez com que o conceito passasse a estar centrado no veículo e não na estrada, dando assim origem aos veículos com piloto automático e, conseqüentemente, a uma redução significativa dos acidentes.

A terminar a sua sessão, o Professor Teles Fortes deixou-nos algumas reflexões referentes ao futuro: *«Justificar-se-á a criação de faixas específicas ou de estradas exclusivas para veículos autónomos? Como se processará a convivência com os veículos de duas rodas? Será a circulação de peões afetada? E a circulação em situação de emergência? Que grandes desafios se vão por tanto às novas infraestruturas rodoviárias como às existentes? Que outros desafios se colocam, sabendo que será longo o período em que vão coexistir na mesma infraestruturas veículos em diversos estados de evolução? O conceito das Estradas Inteligentes estará intimamente ligado a este novo tipo de veículos ou terá por base outros pressupostos mais abrangentes?»*

As respostas às questões atrás elencadas constituirão desafios importantes para a Humanidade, e obrigarão a repensar tanto a responsabilidade em caso de acidente, como os princípios éticos e morais subjacentes à condução autónoma e aos crimes cibernéticos.





ACADEMIA DE MARINHA



ACADEMIA DE MARINHA – ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES

A Academia de Marinha honra-se de, ao longo dos anos, ter conseguido construir e cimentar relações com as suas congéneres do mundo civil, relações essas que lhe permitem de forma mais aberta e multidisciplinar cumprir a sua missão de aprofundar e divulgar tudo a que ao Mar diga respeito.

SESSÃO CULTURAL CONJUNTA

A Academia Nacional de Belas-Artes é um dos parceiros com quem a Academia de Marinha tem desenvolvido uma intensa co-operação. E no dia 1 de junho voltou a haver uma Sessão Conjunta, desta vez dedicada à *Visão no Design Náutico – História, Arte e Ecoeficiência*.

Contando com a participação de 4 oradores, esta Sessão procurou colocar em evidência a forte ligação que existe entre a Marinha e a disciplina do *Design*, explorando os pontos de contato entre estas duas realidades e as suas especificidades.

Assim, a primeira comunicação esteve a cargo do COM Lopes Moreira, que apresentou à audiência o projeto de um navio militar, focando-se na experiência do orador no processo de conceção e construção dos NPO da Classe *Viana do Castelo*. A apresentação teve 4 partes – definição de design; ciclo de vida de um navio; projeto; conclusões - ligadas e apresentadas à luz da «Espiral de projeto», método de organização e divisão das fases do *design* – conceptual; preliminar; contratualização e detalhe.

Em cada fase são estudadas e implementadas as características a que os navios necessitam responder, ou seja, o Projeto é parte do ciclo de vida dos navios, pensado a 40 anos, num processo complexo e com compromissos de inúmeros critérios técnicos.

O segundo conferencista foi o Professor Dr. Rui Marcelino, que trouxe ao Auditório da Academia uma comunicação sobre o *design* náutico. Fruto do trabalho e admiração que o orador tem pelo *design* e pela engenharia, e focando a sua análise na atividade da sua empresa, a *Almadesign*, explorou temas como a polinização cruzada (a aplicação de conhecimento específico de um tipo de *design* a outro), a ecoeficiência e o *design* náutico.

O Professor Marcelino concluiu a sua apresentação partilhando algumas visões futuristas, i.e., antevendo um futuro assente na inovação do projeto, no estabelecimento de parcerias, na polinização cruzada, na criação de sinergias e na junção de empresas, universidade e centros tecnológicos.

A terceira comunicação esteve a cargo do Arquiteto David Lieberman, versando o *design* e arquitetura no contexto da Marinha. Mais concretamente, o Arquiteto Lieberman focou-se na apresentação dos projetos desenvolvidos pela Direção de Infraestruturas no âmbito das necessidades da Marinha, numa larga tipologia de intervenções a elas inerentes.

Essas tipologias variam entre o restauro, a remodelação e a recuperação de um variado parque de edifícios e espaços, no âmbito da Cultura, da Assistência Religiosa, da Saúde, e de Instalações de Apoio.

A última comunicação foi apresentada pelo Professor José Brandão, que falou sobre o significado/presença do *design* no

quotidiano, procurando traçar uma evolução do *design* desde os primórdios da humanidade até aos dias de hoje. Avançando e recuando no tempo, explorou alguns dos principais marcos da história da disciplina: o Movimento *Arts and Crafts*; o *Werkbund* alemão (negação do artesanato); e a Bauhaus.

O orador realizou também uma incursão sobre a sua carreira de mais de 5 décadas.

Encerrando a Sessão, a Professora Natália Correia Guedes, Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes enfatizou as ligações que as duas Academias têm vindo a construir, alicerçadas numa relação secular entre os artistas e a Marinha, complementando-se mutuamente.



Colaboração da ACADEMIA DE MARINHA



Arquiteto David Lieberman



COM Lopes Moreira



Prof. Doutor Rui Marcelino



Professor José Brandão

GUINÉ, NÃO HÁ DUAS SEM TRÊS

PARTE II – ENCONTROS VIP¹



Autor: STEN TSN-ARQ Paulo Guedes

No rio Cacheu, durante as patrulhas, tive oportunidade de partilhar muitos pores-do-sol com os FZ do 14.º CFORN.

Na época, a música era, igualmente, uma excelente companhia, sobretudo os Beatles e o Hair. Um dia, navegando de regresso a Bissau ouvindo o “All we need is love” e envergando uma bandeira da paz, numa curva do rio encontro uma LF que trazia a bordo o Comandante Alpoim Calvão, a quem dei boleia. Pediu-me para calar os Beatles e sentou-se a meu lado na ponte a cantar árias de ópera. Extraordinário!

Foram vários os cruzeiros que fiz no rio Cacheu, no Rio Grande de Buba e alguns “passeios” no Rio Cumbijã com as LDM², por vezes acompanhados pela presença amiga do helicóptero.

Dignos de registo são alguns encontros que tive com a LDG *Montante*, no Rio Grande de Buba. Passava a noite de “braço dado” com o conforto da sua presença, não sem antes ter saboreado um magnífico jantar confeccionado por aquele cozinheiro, digno de estrela Michelin que, no final do repasto e trajando a rigor, nos recitava sem enganos, vários cânticos de *Os Lusíadas*, ensinados pelo Comandante Luís Costa Correia.

Mas esta vida de marinheiro teve mais um acontecimento inesperado. Estava atracado em Bissau, muito tranquilo com o meu *Dimple*, quando sou surpreendido por muitos apitos que precederam a entrada a bordo do Comodoro, Comandante da Defesa Marítima da Guiné, acompanhado pelo General Spínola, Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, que vinha conhecer uma LFP³. Na sequência dos cumprimentos da praxe, o Governador questionou-me sobre a actividade civil que exercia. Ao ser informado da minha formação, exclamou “*Estou na Guiné há cerca de um ano e não tenho ninguém a chefiar os SAF⁴. Se o requisitar, aceita?*”

A resposta não se fez esperar, mas seria, entretanto, necessário encontrar um RN com brilho suficiente para me render na *Bellatrix*. E foi assim que, ao fim de algum tempo, surge a notícia que tinha sido descoberto aquele que me iria render – surpresa – era o meu amigo, colega e camarada José Manuel Bual, também ele do 14.º CFORN, que estava muito “quentinho” em Lisboa.

O Bual viajou no dia 17 de Março para Bissau, onde eu o fui receber com todas as honras; no dia seguinte iria levá-lo a passear até à vila de Cacine, o que para mim também era novidade. Lá seguimos pela manhã, explicando-lhe as artes e os segredos da navegação, tendo atingido o nosso objectivo após a épica travessia do Canal do Melo, o que foi conseguido sem encalhar. Nessa noite, também fomos obsequiados com um magnífico fogo de artifício, para que ao Bual nada faltasse.

Encerrado o capítulo da minha ida à guerra, a chefia dos SAF na Guiné constituiu outra fase muito interessante da minha passagem por aquela Província. Em meados de 1970, o Governo da Província contratou uma reputada empresa de Engenharia e Consultadoria, a ProfAbril, para efectuar um levantamento das potencialidades da Guiné e a sua perspectiva de desenvolvimento económico.

Tive a oportunidade de acompanhar alguns daqueles técnicos no decurso do trabalho então realizado. É na sequência deste trabalho que se desloca à Guiné uma delegação de deputados da Assembleia Nacional, para localmente se inteirarem da situação real na Província e a poderem transmitir ao Poder Central. Na sequência dessa visita, jamais esquecerei a longa conversa que tive com o deputado José Pedro Pinto Leite até altas horas da noite, naquela que seria a última da sua vida. No dia seguinte, um tornado provocou a queda do helicóptero em que regressava a Bissau vindo de Mansôa. Ele, mais dois deputados e o piloto, todos faleceram no acidente.



José Luís Ferreira da Silva Dias, 14.º CFORN

In Crónicas Intemporais da Guerra e da Fraternidade, 2019

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Notas

¹ Acrónimo anglo-saxónico para Pessoas Muito Importantes.

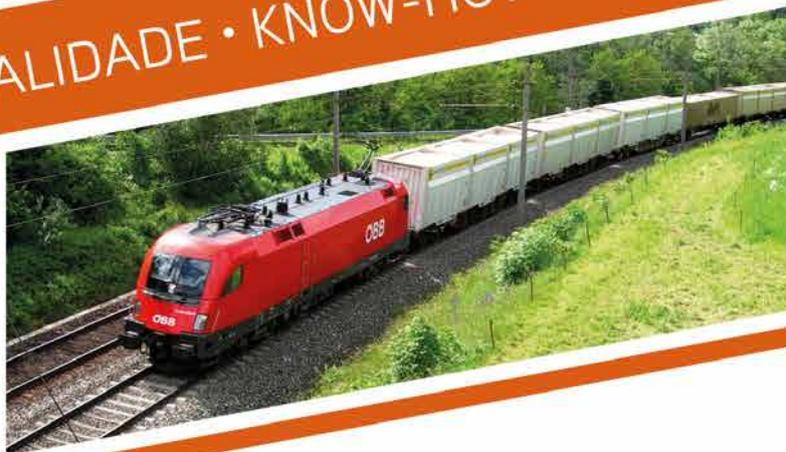
² Lanchas de Desembarque Médias; houve as classes 100, 200, 300 e 400; como armamento dispunham de uma metralhadora Oerlington MK II 20 mm e de duas metralhadoras MG 42, de 7,62 mm.

³ Lanchas de Fiscalização Pequena. Com cerca de 20m de comprimento, dispunham inicialmente duma velocidade máxima de 15 nós. A posterior blindagem e conseqüente aumento do deslocamento, levou a uma redução da velocidade de ponta, um “handicap” negativo face às correntes dos rios da Guiné que atingiam nos períodos de máxima enchente ou vazante, 5 a 6 nós.

⁴ Serviços de Agricultura e Florestas, que dispunham de Postos Agrícolas Experimentais.



QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA



HIPERTENSÃO ARTERIAL

A hipertensão arterial (HTA) é uma doença crónica em que a pressão sanguínea nas artérias se encontra persistentemente elevada. Apesar de habitualmente não causar sintomas, esta doença é um dos principais fatores de risco para complicações médicas graves, pelo que se recomenda controlar regularmente os seus valores, adotar comportamentos preventivos da doença e recorrer ao médico para tratamento precoce caso se suspeite de valores tensionais fora dos padrões considerados normais para a idade.



DEFINIÇÃO

A HTA é a elevação crónica da pressão arterial acima dos valores considerados normais. O sangue ao ser ejetado do coração, exerce força sobre a parede das artérias por onde circula. A essa força chama-se pressão arterial, ou tensão arterial. Quando é medida esta pressão resulta em dois valores: pressão sistólica (ou “máxima”) cujo valor reflete a força com que o coração, quando se contrai, ejetar o sangue do seu interior contra as paredes das artérias e a elasticidade destas últimas para acomodar esta coluna de sangue; e pressão diastólica (ou “mínima”) que corresponde à pressão que persiste nas artérias quando o coração relaxa entre cada batimento cardíaco. A pressão arterial é medida em milímetros de mercúrio (mmHg) e é normal que exista variação nos seus valores ao longo do dia (ex. aumenta após exercício físico, ingestão de cafeína, período de stress), contudo o normal é os valores normalizarem alguns minutos depois da resolução dessas situações). Ter a pressão arterial elevada só é grave e causa problemas de saúde quando permanece elevada ao longo de meses, ou quando aumenta repentinamente para valores muito elevados (crise hipertensiva). Em adultos existe HTA quando a pressão máxima é persistentemente ≥ 140 mmHg ou a pressão mínima é ≥ 90 mmHg, em repouso. Importa ressaltar que durante o envelhecimento vai surgindo rigidez nas paredes das artérias e, como tal, é expectável que os valores da pressão arterial sistólica tenham um aumento lento e progressivo ao longo dos anos, sem que isto signifique HTA.

EPIDEMIOLOGIA

A HTA afeta cerca de 43% da população adulta portuguesa. Desse, menos de metade faz medicação antihipertensiva. Estima-se que apenas 11% dos hipertensos estejam com valores controlados.

O número de crianças e adolescentes hipertensas está a aumentar em Portugal (estimada em 2 - 13%), reflexo da alimentação e exercício físico que muitas vezes não são os adequados, levando à atual situação de epidemia de obesidade infantil.

CAUSAS

Apenas se consegue atribuir uma causa à HTA em cerca de 10% dos casos (ex: hipertiroidismo, doença renal crónica, síndrome apneia-hipopneia obstrutiva do sono). A esta HTA chama-se secundária e, se for possível tratar a doença de base, existe resolução da HTA. Nos restantes 90% dos casos não se consegue

identificar a causa da HTA, chamando-se a doença, nestes casos, HTA primária ou essencial. Além dos fatores genéticos, a HTA primária é atribuída aos hábitos de vida pois a obesidade, sedentarismo, stress, alimentação com excesso de sal, tabagismo e consumo excessivo de álcool aumentam o risco de desenvolver esta doença.

SINTOMAS

A HTA é considerada uma “assassina silenciosa” pois normalmente não causa sintomas durante muitos anos, só surgindo

queixas valorizáveis quando um órgão vital como o cérebro, rim ou coração é lesado. Nessa altura podem surgir sintomas como cefaleias, tonturas, alterações visuais, acufenos (zumbidos nos ouvidos), pré-cordialgia, aumento da frequência cardíaca ou sensação de falta de ar.

COMPLICAÇÕES

Se não tratada atempadamente, a HTA é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de acidentes vasculares cerebrais (AVC), doença arterial coronária, insuficiência cardíaca, insuficiência renal crónica, disfunção erétil, perda de visão, doença arterial periférica, demência, entre outras doenças graves. Salienta-se que as doenças cardiovasculares são a causa de morte de, pelo menos, 34% da população portuguesa, principalmente como consequência de AVC e da doença coronária (que leva a enfartes cardíacos). Logo, o controlo dos valores da tensão arterial são fundamentais para uma vida mais longa e sem incapacidades.

DIAGNÓSTICO

A medição dos valores tensionais deve ser realizada regularmente após os 3 anos de idade (aconselha-se uma vez por ano, em pessoas sem doença). Importa não esquecer que a HTA não se sente, mede-se! Caso surjam valores alterados aconselha-se a medição (e registo!) dos valores medidos ao longo de 7 dias, alternando as medições entre período da manhã e da tarde, sempre após repouso de pelo menos 5 minutos. O diagnóstico de HTA necessita de pelo menos 3 medições, em ocasiões diferentes, de valores elevados da pressão arterial (da sistólica, da diastólica, ou de ambas). Idealmente deve ser sempre utilizado o mesmo aparelho (validado e calibrado), com braçadeira adequada e a medição ocorrer sempre no mesmo braço (inicialmente deve medir-se nos dois braços, identificar o que apresenta valores mais elevados e passar a usar esse como referência).

Na suspeita de HTA o doente deve sempre marcar consulta médica para que se possa confirmar o diagnóstico, tentar excluir causas e avaliar complicações da doença. Alguns exames complementares que podem ser solicitados após recolha da história e exame clínico do doente são: análises ao sangue e urina, monitorização ambulatória da pressão arterial (MAPA) durante 24 horas, electrocardiograma, ecocardiograma, ecografias (ex: abdominal, renal, carotídea).

TRATAMENTO

A mudança no estilo de vida do doente é fundamental para o tratamento da HTA primária: redução da ingestão de sal (precisamos de menos de 1/8 de uma colher de chá de sal por dia!) e da cafeína, abstinência de álcool e tabaco, perda de peso, manter uma prática desportiva regular e reduzir stress. Adicionalmente, e dependendo da gravidade clínica da HTA, pode ser necessário iniciar medicação antihipertensiva de forma continuada.



Ana Cristina Pratas

CTEN MN

www.facebook.com/participanosaudeparatodos

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 246

NORTE (N)

♠	♥	♦	♣
V	R	D	D
10	10	4	V
9	3	2	6
2			

OESTE (W)

♠	♥	♦	♣
3	A	10	R
D	9	2	
V	7		
9	6		
8			
4			

SUL (S)

♠	♥	♦	♣
A	6	A	A
D	5	V	10
6	8	9	
3	7		

ESTE (E)

♠	♥	♦	♣
R	7	R	8
8	2	5	5
7			4
5			3
4			

GRAU DE DIFICULDADE – FÁCIL CARECENDO DE ATENÇÃO

E-W vuln. S joga 3ST e recebe a saída a D ♥. Analise atentamente as 4 mãos e encontre a linha de jogo que permite cumprir este contrato.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 246

Com a boa colocação dos R's de ♠ e ♦ S tem 8 vazes (3♠+1♥+3♦+1♣). Vejamos qual a linha de jogo a seguir para cumprir este contrato: faz R ♠ a 3ª, joga 2 para o R de E e volta ao morto para a D do naipe; segue com V ♣ que E naturalmente não cobre para evitar que faça a vaza que lhe falta e continua com mais 2, chegando a 4 cartas do fim a esta posição: 5-♦-3 e ♣ A109-W ♠-♦-9-10 e R2 (repare que ficou suazeada entre ♠♥♦♣ quando foram jogadas as ♠-N-♣-10-DV6 e E sem interesse. S joga agora o ♠ e coloca a mão em W, que faz a ♠ para a 4ª vaza da defesa e vê-se obrigado a dar as 2 últimas vazes em ♣ para o cumprimento do contrato.

Nuno Marques
CALM AN

GO NAVY!

Passatempo nº 28

What is the level?
Let's talk about...



STANAG 6001

STANAG 6001 Edition 5, Language Proficiency Levels, is the NATO agreed standard for language curriculum, test development, and for recording and reporting Standardized Language Profiles (SLPs).

STANAG 6001 provides NATO forces with a table describing language proficiency levels.

The language proficiency skills – Listening (L); Speaking (S); Reading (R); Writing (W)- are broken down into six base levels coded 0 through 5. In general terms, skills may be defined as follows:

Level 0- No proficiency; Level 1 – Survival; Level 2 – Functional; Level 3 – Professional; Level 4 – Expert; Level 5- Highly-articulate native.

Do you know what you are expected to comprehend and produce at each level? Let's find out!

WHAT IS THE LEVEL (0,1,2,3,4,5) AND THE SKILL (L/S/R/W) OF THE FOLLOWING?

“Shows ability to follow essential points of discussion or speech on topics in his/her special professional field. May not recognize different stylistic levels, but recognizes cohesive devices and organizing signals for more complex speech.”

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR: Level 2 - Writing

Stela Magalhães Parreira
CTEN ST-ELING

SUDOKU

Problema nº 78

FÁCIL

1	6		8					
		2		4		9		
9	5	6		2				8
5	7		8		6			4
	1					2		
3	6		2		1			7
7			9		1	8		2
		9		7		3		
					3		9	6

DIFÍCIL

		1				5	9	
	4			6	9			7
			1	5			2	
	1	2						
			3		4			
	2			4	7			
7			9	2			3	
	6	5						

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 78

FÁCIL

9	6	7	3	5	7	1	8	2
5	1	3	8	7	2	6	7	9
2	8	1	9	6	3	5	7	4
7	8	1	7	2	2	9	6	3
6	2	5	9	3	7	8	7	7
7	3	9	6	8	1	7	7	2
8	7	7	2	1	9	5	3	6
1	6	6	5	7	3	7	7	8
3	5	2	7	8	6	7	4	1

DIFÍCIL

7	7	2	1	1	2	3	8	5	9	6
5	3	5	5	2	6	7	8	7	8	7
6	5	8	7	7	7	7	3	2	1	7
3	8	1	2	2	6	5	9	7	7	7
2	9	7	1	1	3	6	6	5	8	7
5	7	6	9	7	7	7	2	2	1	3
8	7	7	2	1	9	5	3	6	6	9
1	6	6	5	7	3	7	7	7	7	5
3	5	2	7	8	6	7	4	1	3	2

REVISTA DA ARMADA

ENTREGA DE PRÉMIOS 2019



Realizou-se no dia 20 de abril, no Átrio da Biblioteca do ALM CEMA, a cerimónia de entrega dos Prémios da Revista da Armada (RA) referentes ao ano de 2019, presidida pelo Almirante CEMA e AMN.

Estiveram presentes o Diretor da Comissão Cultural de Marinha, CALM Garcia Belo, o Diretor da RA, CALM Ramos Borges, o Chefe de Gabinete, CALM Oliveira e Silva, o Chefe do Protocolo, CFR Silva Melo, para além dos premiados.

O Almirante CEMA e AMN entregou o prémio **“Comandante Joaquim Costa”**, destinado ao melhor trabalho publicado na RA no ano de 2019, ao CFR Lourenço da Piedade e ao CFR Santos Rocha, co-autores do artigo **“Gestão dos fluxos migratórios irregulares e controlo de fronteiras na Europa”**, que saiu nos números 542 e 543.

Seguiu-se a entrega do prémio **“Almirante Pereira Crespo”**, destinado ao melhor colaborador da RA no ano de 2019, ao CTEN MN Santos Henriques, autor da série de artigos **“Serviço & Saúde”**, publicados nos números 536 a 546.



Fotos SAG ETC Silva Parracho

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

- 1TEN M Diana Oliveira Martins Azevedo, para o cargo de Comandante do NRP *Douro*.

RESERVA

- SCH T Licínio Helder Hortinha Cardoso.

REFORMA

- CMG M Joaquim António Areias Figueira • CMG FZ Alberto António Ova Correia • CFR SEE José Maria da Silva • CFR MN Joaquim Manuel Cordeiro Mateus • CFR SEP Rui Martins Gonçalves • SCH V António Gabriel Ferreira Murjal Silvestre.

FALECIDOS

- 33761 VALM M REF Carlos Monteiro da Silva • 155046 CMG.

AN REF Ângelo Bismarck Soares de Melo • 16951 CMG M REF José Fernandes Martins e Silva • 112857 CFR SG REF Norberto Batista Lourenço • 1062 CTEN M REF Luís José dos Reis Cohen • 462657 CTEN OTT REF Manuel Jacinto Tomé • 262449 1TEN OTS REF Alexandre Herculano Soares de Oliveira • 409956 SMOR V REF Damélio de Jesus Jorge Fajardo • 48265 SMOR MQ REF Adelino da Silva Pascoal • 381555 SCH T REF António Amorim da Silva • 66271 SCH FZ REF António Manuel da Luz Carapinha • 346753 SAJ A REF António Nunes Valentim • 442556 SAJ CM REF António Filipe Evans Maçãs • 302256 1SAR L REF Júlio Marinho Martins Lopes • 1SAR FZ REF João Pedro Guerra Vitorino • 381055 CAB TFH REF António Rodrigues Antunes • 603159 CAB FZ REF António Agostinho Chora • 1045960 CAB FZ REF Manuel Joaquim Vaz • 305449 1MAR CM REF Manuel José Domingues Fernandes • 31002982 CHEFE PM QPMM RES Máximo Correia Marreiros • 36019165 FAR 1CL QPMM APO João Machado Raulino.



EQUIPA ATUAL DA REVISTA DA ARMADA

